

SUMÁRIO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL.....	77
1. Direito civil: origens e funções contemporâneas.....	77
2. Para aonde estamos indo? A estrutura teórico-normativa do novo direito civil.....	78
2.1. O direito civil em sociedades complexas e plurais.....	80
2.2. Os fins éticos do direito civil contemporâneo.....	83
3. Um início de século marcado por mudanças.....	86
3.1. Mudanças na parte geral.....	87
3.2. Mudanças no direito contratual.....	91
3.3. Mudanças no direito de propriedade.....	96
3.4. Mudanças no direito das famílias.....	98
3.5. Mudanças na responsabilidade civil.....	103
3.6. Mudanças no direito das sucessões.....	108
4. Características do direito civil no século XXI.....	111
4.1. Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil.....	111
4.2. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas.....	113
4.3. Existência não só de códigos civis, mas também de microssistemas legislativos.....	114
4.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos.....	115
4.4.1. Há hierarquia normativa entre princípios e regras?.....	117
4.5. Funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis.....	117
4.6. A renovação da interpretação no direito civil: a teoria dos direitos fundamentais.....	119
4.7. O direito civil no Estado dos direitos fundamentais: novas funções.....	121
4.8. Distinção entre interesse estatal e interesse público (e o questionamento da supremacia do interesse público sobre o particular).....	122
4.9. Menor relevância da distinção entre direito público e privado.....	124
4.10. Redução qualitativa da autonomia da vontade.....	126
4.11. Valorização da igualdade substancial e equivalência material entre as prestações.....	128
4.12. Valorização da boa-fé objetiva e de suas múltiplas funções.....	129
4.13. A função social no direito civil.....	131
4.13.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia.....	132

4.13.2. Planos de saúde: um breve olhar sobre a experiência brasileira	133
4.14. Maior proteção às vítimas dos danos	140
4.14.1. Distinguindo: ilícito civil x responsabilidade civil	141
4.14.2. Tutela contra o ilícito no CPC/2015	141
4.15. Diálogo das fontes	142
4.15.1. Situações em que, segundo o STJ, não se aplica o CDC	143
4.15.2. Situações em que, segundo o STJ, aplica-se o CDC	146
4.16. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo	149
4.17. Ampliação dos espaços de liberdade nas situações subjetivas existenciais	150
4.18. Direito privado coletivo: do sujeito isolado ao sujeito conectado	153
4.19. Direito civil e novas tecnologias	154
4.19-A. O julgamento do STF (2024-2025) sobre o Marco Civil da Internet	156
4.19.1. O direito fundamental à proteção de dados	157
4.19.2. A economia do compartilhamento (<i>sharing economy</i>)	158
4.19.3. Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos	159
4.19.3.1. Personalidade às máquinas com inteligência artificial?	163
4.19.3.2. A questão dos veículos autônomos	163
4.19.3.3. Presença digital também é presença	163
4.19.3.4. Aspectos comportamentais negativos: discurso do ódio e fake news	163
4.20. Um olhar para o futuro do dinheiro: vivendo entre blockchains e criptomoedas	164
4.20.1. <i>Blockchain</i>	164
4.20.2. Bitcoin	165
4.20.3. Ethereum e outras criptomoedas	165
4.20.4. Finanças descentralizadas (DeFi)	166
4.20.5. <i>Smart contracts</i>	166
4.20.6. NFTs	167
4.20.7. Metaverso	167
4.20.7.1. Entre avanços e perigos: as complexidades do metaverso	167

1.1. REFORMA DO CÓDIGO CIVIL: CONTEXTO E NOVIDADES PROPOSTAS 169

Interpretando e contextualizando as propostas legislativas	173
1. Parte Geral	173
1.1. A nova redação do art. 1º	173
1.2. As atualizações terminológicas	174
1.3. Os animais como seres sencientes	174
1.4. A unificação dos prazos da pretensão de reparação civil	175
1.5. A adoção da teoria subjetiva da <i>actio nata</i>	175
1.6. A previsão do direito à verdade acerca da própria origem genética	176
1.7. Uma tutela mais moderna dos direitos da personalidade	177
1.8. Algumas questões sobre a integridade física, disposição do próprio corpo e tratamento médico	177
1.9. A questão da recusa terapêutica e a recente decisão do STF	178
1.10. Reconhecimento e preservação da identidade pessoal	179
1.11. Exercícios abusivos de direitos e indenização	180
1.12. A disciplina do direito à imagem	180
1.13. Aprimoramentos na responsabilidade civil do Estado	182
1.14. A conformidade com as normas de ordem pública como requisito de validade dos negócios jurídicos	183
1.15. A escritura pública passa a ser obrigatória em todos os negócios jurídicos relativos a imóveis	183
1.16. A consagração da teoria da aparência	183
1.17. A irrelevância do erro ser escusável ou não	184
1.18. A questão da coação	184
1.19. A anulabilidade antes da sentença de interdição	184
1.20. Contagem do prazo decadencial em caso de anulabilidade	184
1.21. Da licitude dos atos e das atividades jurídicas	185

1.22. Os ilícitos civis.....	185
1.23. A questão das provas.....	187
2. Obrigações.....	187
3. Responsabilidade Civil	188
3.1. Uma disciplina normativa do passado?.....	188
3.2. Danos extrapatrimoniais e danos patrimoniais.....	189
3.3. A consagração legislativa da distinção entre fortuito interno e fortuito externo.....	189
3.4. A previsão de uma norma geral sobre a responsabilidade pelo fato da coisa.....	190
3.5. Fortalecimento dos deveres de prevenção.....	191
3.6. Importantes correções na responsabilidade por fato de outrem.....	193
3.7. Transmissibilidade com a herança da possibilidade de exigir danos extrapatrimoniais e patrimoniais.....	194
3.8. Repetição do indébito no caso de cobrança de dívida inexistente (e arbitramento de valor compensatório complementar).....	194
3.9. Danos diretos ou indiretos, atuais ou futuros (mas não hipotéticos).....	195
3.10. A consagração legislativa da teoria da perda de uma chance	195
3.11. A possibilidade, em casos excepcionais, de calcular o dano patrimonial por estimativa.....	196
3.12. Uma via alternativa: um montante razoável correspondente à violação do direito	196
3.13. A indenização no fato concorrente (corresponsabilidade do lesado).....	197
3.14. A previsão da mitigação de danos.....	198
3.15. A previsão dos <i>rescue cases</i>	199
3.16. Reparação integral e previsão de formas não patrimoniais de compensar o dano extrapatrimonial.....	199
3.17. A difícil questão de quantificar os danos extrapatrimoniais: avanços do Anteprojeto.....	200
3.17.1. A ausência de critérios no Código Civil de 2002.....	201
3.17.2. A quantificação dos danos extrapatrimoniais na CLT.....	201
3.17.3. A dificuldade de quantificar o inquantificável.....	201
3.17.4. O método bifásico (danos morais individuais e coletivos)	202
3.17.5. Parâmetros do Anteprojeto para a segunda fase do método bifásico	202
3.17.6. A previsão de uma sanção pecuniária de caráter pedagógico.....	203
3.18. A definição de limites na sanção pedagógica e a questão da condição financeira do ofensor e da vítima.....	207
3.19. Consideração do <i>bis in idem</i>	207
3.20. A destinação da indenização para fundos públicos	208
4. Contratos	208
5. Reais.....	211
6. Família.....	213
6.1. Previsão do divórcio impositivo ou unilateral.....	213
6.2. Previsão do divórcio <i>post mortem</i>	213
6.3. Previsão de novos temas em matéria de reprodução humana.....	214
6.4. Alteração da solução diante do pai que não reconhece o filho	214
6.5. Diretiva antecipada de curatela	214
6.6. Fortalecimento da dimensão existencial dos direitos	214
6.7. Retirada do Código das normas sobre separação judicial	215
6.8. Disciplina da separação de fato.....	215
6.9. Fim do regime de participação final nos aquestos.....	215
6.10. Fim do regime da separação obrigatória de bens	216
6.11. Aumento dos atos civis que não precisam passar pelo Judiciário	216
6.12. Valorização da autodeterminação e do princípio da intervenção mínima.....	216
6.13. Reconhecimento da pluralidade de entidades familiares.....	217
6.14. Atualização da linguagem em múltiplos pontos.....	217
6.15. A adoção da <i>sunset clause</i> (cláusula do pôr do sol).....	218
7. Sucessões	218
7.1. Contexto e linhas gerais.....	218
7.2. Compatibilização, à luz da decisão do STF, das normas entre casamento e união estável	218

7.3. Extinção do direito de concorrência sucessória de cônjuges e companheiros com descendentes e ascendentes.....	218
7.4. O cônjuge deixa de ser herdeiro necessário.....	219
7.5. Ampliação das situações que entram na comunhão parcial.....	220
7.6. Importante mudança relativa ao direito real de habitação.....	220
7.7. Ampliação da liberdade do testador em prol dos herdeiros vulneráveis (e outras hipóteses de ampliação dos espaços de autodeterminação).....	220
7.8. Simplificação das formas, aceitação de meios digitais e fim dos testamentos especiais.....	221
8. Direito digital.....	222
2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	224
1. Uma palavra prévia: distinguindo Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Parte Geral do Código Civil.....	224
1.1. O Código Civil brasileiro e sua parte geral: um breve sumário explicativo.....	226
1.2. O que faz parte do direito civil atualmente?.....	226
1.3. O sistema aberto do direito civil: eticidade, socialidade e operabilidade.....	227
2. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro.....	229
2.1. Antiga e atual denominação: fundamentos e razões.....	230
2.2. O que são normas de sobredireito?.....	231
2.3. Fontes do direito: abordagem tradicional e equívocos recorrentes.....	231
2.4. “Princípios gerais do direito” é uma expressão sinônima de princípios constitucionais?.....	233
2.5. Âmbito de aplicação (e possíveis exceções) da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	233
2.6. A existência de lacunas no ordenamento e os mecanismos de integração.....	234
2.7. Vigência, revogação, <i>vacatio legis</i> e <i>desuetudo</i> no ordenamento brasileiro.....	236
2.8. Eficácia das leis no tempo: a questão do direito intertemporal.....	240
2.8.1. Critérios gerais.....	240
2.8.2. Irretroatividade e leis de ordem pública.....	241
2.8.3. Direito adquirido e constituinte originário.....	242
2.8.4. Direito adquirido e constituinte derivado (emendas).....	242
2.8.5. A questão da relativização do direito adquirido e da coisa julgada.....	242
2.9. Eficácia das leis no espaço: a questão da territorialidade da lei.....	243
2.9.1. Aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada.....	244
2.9.2. Sentença estrangeira e o <i>exequatur</i> do STJ.....	244
2.9.2.1. Laudo arbitral estrangeiro exige o <i>exequatur</i> ?.....	245
2.9.2.2. Decisões administrativas estrangeiras e de tribunais eclesiais.....	246
2.9.3. Prova de fatos ocorridos no exterior.....	246
2.9.4. Direito das famílias e a sua aplicação no espaço (direito internacional das famílias).....	246
2.9.5. Cláusula de eleição de foro estrangeiro e o CPC/2015.....	247
3. As mudanças na LINDB: a <i>publicização</i> do seu conteúdo.....	247

PARTE GERAL

1. DIREITOS DA PERSONALIDADE	251
1. Dos bens materiais aos bens imateriais.....	251
2. A construção dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror.....	252
3. Compreendendo o conceito de pessoa: um passo além do formalismo.....	253
3.1. As múltiplas dimensões normativas da dignidade.....	253
4. As democracias constitucionais contemporâneas e as esferas autodeterminativas.....	254
5. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	254
5.1. Discriminação de fato e discriminação indireta (teoria do impacto desproporcional).....	255
6. Qual a terminologia mais adequada? Entendendo as integridades física, moral e intelectual.....	256

6.1.	Direito à integridade física.....	257
6.1.1.	A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal	258
6.1.2.	A questão do consentimento informado.....	258
6.1.3.	A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador	259
6.1.4.	A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue	259
6.1.5.	A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos.....	260
6.1.6.	A questão da mudança de sexo e mudança no registro	261
6.1.7.	A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada	262
6.2.	Direito à integridade psíquica (moral).....	262
6.2.1.	Direito à imagem.....	263
6.2.1.1.	O caráter autônomo do direito à imagem.....	263
6.2.1.2.	O caráter uno do direito à imagem	263
6.2.1.3.	O caráter in re ipsa do direito à imagem	264
6.2.1.4.	A análise da função social da imagem	264
6.2.1.5.	Parâmetros de ponderação	265
6.2.1.6.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	266
6.2.2.	Direito ao nome.....	270
6.2.2.1.	As funções do nome	270
6.2.2.1.1.	O nome como direito da personalidade	270
6.2.2.1.2.	O nome como sinal designativo	271
6.2.2.2.	A simplificação operada pelo Código Civil	272
6.2.2.3.	Registros públicos: o princípio da inalterabilidade relativa do nome.....	272
6.2.2.3.1.	Erro gráfico evidente.....	272
6.2.2.3.2.	Prenomes ridículos.....	272
6.2.2.3.3.	Adoção.....	273
6.2.2.3.4.	Apelidos públicos notórios	273
6.2.2.3.5.	Fundado temor em razão de colaboração com apuração de crimes	273
6.2.2.3.6.	Possibilidade de alteração imotivada do nome aos 18 anos.....	274
6.2.2.3.7.	Naturalização do estrangeiro	274
6.2.2.3.8.	Cirurgias de redesignação sexual.....	274
6.2.2.4.	O caráter exemplificativo do rol de mudanças: cláusula aberta	275
6.2.2.5.	Exceções: hipóteses de alteração do sobrenome	276
6.2.2.6.	Questões atuais relativas ao nome.....	276
6.2.2.6.1.	O nome e a multiparentalidade	276
6.2.2.6.2.	O nome social.....	276
6.2.2.6.3.	O direito ao nome e as inovações da Lei n. 14.382/2022.....	276
6.3.	Integridade intelectual	278
6.3.1.	Direitos patrimoniais do autor	278
6.3.2.	Direitos extrapatrimoniais do autor.....	279
6.3.3.	Questões atuais relativas ao tema.....	279
6.3.3.1.	Biografias não autorizadas	279
6.3.3.2.	<i>Hate speech</i>	281
7.	A opção prioritária pela tutela preventiva	282
7.1.	O <i>bullying</i> e a tutela preventiva.....	283
7.2.	Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta	283
7.3.	A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória	284
8.	Quais as (reais) características dos direitos da personalidade?	284
8.1.	A dupla inerência dos direitos da personalidade.....	286
8.2.	A transmissão dos efeitos patrimoniais das lesões personalíssimas e a questão da prescrição.....	286
9.	Direitos da personalidade e danos morais: refazendo o percurso histórico-jurisprudencial	287
10.	Deveres de proteção por parte do Estado.....	288
11.	Outras questões polêmicas.....	289
11.1.	Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?.....	289
11.2.	Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?.....	290

11.2.1. Estatuto Jurídico dos Animais: nova qualificação jurídica em Portugal (Lei n. 8/2017).....	291
12. A liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental.....	291
12.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede.....	292
12.2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos.....	292
12.2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?.....	292
12.2.2. Os abusos, quando configurados, são atos ilícitos.....	293
12.2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos.....	294
12.2.4. O direito de resposta como tutela específica.....	295
12.2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	295
12.2.5. Quem responde por danos causados através da imprensa?.....	296
12.2.5.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?.....	296
12.2.5.2. Lei de imprensa: não recepção pela Constituição de 1988.....	296
13. Contextualizando o uso da imagem alheia.....	297
13.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	297
13.1.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	297
13.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido.....	297
13.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita.....	298
13.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação.....	298
13.4. Fotos de multidões e direito à imagem.....	299
13.5. Imagens de crianças e adolescentes.....	299
13.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	300
2. UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO.....	301
1. Direitos que estão na pauta do século XXI.....	301
1.1. Direito à identidade sexual.....	301
1.2. Direito à autodeterminação informativa e <i>paper less society</i> : entre o mundo físico-convencional e o mundo digital.....	303
1.3. Direito à verdade acerca da própria origem genética.....	305
1.4. Direito de não saber.....	306
1.5. Direito ao esquecimento.....	307
1.6. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade.....	308
1.7. Direito à educação domiciliar? A questão do <i>homeschooling</i>	309
1.8. Direito de não nascer? Um tema mal colocado.....	310
1.9. Direito ao tempo útil (e outras formulações como a teoria do desvio produtivo).....	310
2. O extraordinário desenvolvimento da biotecnologia: dilemas éticos e jurídicos.....	311
2.1. Questões relativas aos dados genéticos.....	312
2.2. Bioética e autonomia do paciente.....	312
2.2.1. A questão das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs).....	313
2.3. Direito à morte digna? Distinguindo ortotanásia, distanásia, suicídio assistido e eutanásia.....	313
2.4. Os novos modos de “engravidar” no século XXI.....	314
2.5. Um novo olhar para os riscos.....	316
3. O diálogo intergeracional: olhando para o futuro.....	317
4. Estado de coisas inconstitucional: possíveis repercussões hermenêuticas.....	318
4.1. A normatividade dos direitos fundamentais: levando direitos a sério.....	319
4.2. Um passo além da retórica: não é uma proteção “se der”.....	319
4.3. Quanto mais valioso o direito, mais aceitável é o ativismo judicial.....	319
4.4. Fazendo conexões teóricas entre direitos sociais e consequências vinculantes.....	320
4.4.1. Poderes públicos.....	320
4.4.2. Poderes privados.....	321
5. Aplicação dos tratados e convenções internacionais às relações civis.....	321
5.1. Constitucionalização e convencionalização do direito civil.....	322
6. Os princípios e a ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada ao direito civil.....	323
7. A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos casos extremos.....	323

8. Aplicação do direito civil e os desacordos morais razoáveis.....	324
9. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	325
3. PERSONALIDADE CIVIL	329
1. Personalidade: um conceito chave para o direito civil.....	329
2. Quando tem início a personalidade?.....	330
2.1. A questão do nascituro: três teorias explicativas.....	331
2.1.1. Teoria concepcionista.....	331
2.1.1.1. O nascituro como pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento	332
2.1.1.2. Nascituro: direitos existenciais x direitos patrimoniais.....	332
2.1.2. Teoria natalista.....	333
2.1.3. Teoria da personalidade condicional.....	333
2.2. Há relevância pragmática na distinção?	333
2.3. O início da personalidade de acordo com o Código Civil.....	334
3. O caráter juridicamente singular do embrião.....	334
3.1. A situação do embrião antes da implantação no útero.....	334
3.2. A situação do embrião depois da implantação no útero	335
3.3. A decisão do STF sobre as células-tronco embrionárias	335
4. O conceito contemporâneo de personalidade: um conceito ético-jurídico.....	336
5. Um novo olhar para os animais?	336
5.1. Há dignidade para além do ser humano?	337
5.1.1. Duas visões teóricas.....	338
5.1.2. Uma visão legislativa recente: seres dotados de sensibilidade	338
5.2. Farra do boi e vaquejadas: o olhar do STF	339
6. Fim da personalidade da pessoa humana	340
6.1. Morte real	340
6.2. Morte civil.....	340
6.3. Morte presumida	341
6.3.1. Morte presumida sem decretação de ausência.....	341
6.3.2. Morte presumida com decretação de ausência	341
6.4. Comoriência.....	341
7. Ausência.....	342
7.1. Quem é ausente para o direito civil?.....	342
7.1.1. Legitimação ativa, curador e foro competente.....	342
7.1.2. Fundamento do instituto da ausência.....	343
7.2. As três fases da ausência.....	343
7.2.1. Curadoria dos bens do ausente	343
7.2.2. Sucessão provisória	344
7.2.3. Sucessão definitiva	344
7.3. A ausência no CPC/2015.....	344
4. A NOVA TEORIA DAS CAPACIDADES	345
1. Teoria das capacidades: o amanhecer de um novo tempo.....	345
1.1. Entre a vida e as regras.....	345
1.2. O ser humano como uma fonte de escolhas íntimas que deverão ser respeitadas.....	345
1.3. Um triste passado: vidas confiscadas.....	346
1.4. A capacidade como direito fundamental	347
2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).....	348
3. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	348
3.1. Dois modelos jurídicos.....	348
3.1.1. Deficiência sem curatela.....	348
3.1.1.1. Deficientes sem curatela e a Tomada de Decisão Apoiada	349
3.1.2. Deficiência com curatela	349

3.1.2.1.	O perfil funcionalizado da curatela	349
3.1.2.2.	A curatela no CPC/2015	350
4.	Um Código Civil de outro tempo?	350
4.1.	Uma análise crítica das incapacidades do Código Civil	351
4.2.	Um novo olhar para a teoria das (in)capacidades	352
4.3.	Valorizando a autodeterminação dos adolescentes e pessoas idosas	352
4.3.1.	Pessoas Idosas: autonomia existencial e patrimonial progressivamente valorizada	352
4.3.2.	Adolescentes: não tão incapazes assim (a valorização do discernimento)	353
5.	CAPACIDADE E INCAPACIDADE CIVIL.....	355
1.	Personalidade e capacidade: conceitos que não se confundem	355
1.1.	Existe incapacidade de direito?	355
2.	Espécies de incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa	356
2.1.	Suprimento da incapacidade: representantes e assistentes	356
2.1.1.	Representantes	356
2.1.2.	Assistentes	357
3.	Hipóteses de incapacidade civil que deixaram de existir	357
3.1.	Incapacidade absoluta	357
3.1.1.	Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos	357
3.1.2.	Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade	357
3.2.	Incapacidade relativa	357
3.2.1.	Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido	357
3.2.2.	Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo	358
4.	Hipóteses atuais de incapacidade civil no Brasil	358
4.1.	Incapacidade absoluta	358
4.1.1.	Menores de 16 anos	358
4.1.1.1.	Pequenos atos da vida negocial praticados por crianças	358
4.1.1.2.	Restitutio in integrum e outras situações que beneficiam o incapaz	359
4.2.	Incapacidade relativa	359
4.2.1.	Maiores de 16 e menores de 18	359
4.2.1.1.	Os incapazes (absoluta ou relativamente) podem responder civilmente por danos causados?	360
4.2.2.	Alcoólatras e viciados em drogas	360
4.2.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	361
4.2.4.	Os pródigos	361
4.2.5.	Hipóteses conexas	362
4.2.5.1.	A questão da capacidade dos indígenas	362
4.2.5.2.	A questão da capacidade dos surdos-mudos	362
4.2.5.3.	Deficiências físicas não mentais: paraplegia, tetraplegia e outras doenças incapacitantes	362
4.2.5.4.	O cidadão condenado criminalmente	362
4.2.5.5.	O conceito de ilegitimidade no direito material	363
5.	A questão da capacidade em diálogo das fontes	363
5.1.	Um breve olhar para os incapazes no CPC/2015	363
5.2.	Capacidade e negócios jurídicos processuais	363
5.3.	Incapacidade no Código Civil e vulnerabilidade no CDC: distinções	364
5.3.1.	Vulnerabilidade e hipervulnerabilidade	365
5.4.	Hipossuficiência e atualidades sobre a inversão do ônus da prova	365
6.	Cessaçao das incapacidades	366
6.1.	Emancipação	368
6.1.1.	Emancipação voluntária	368
6.1.2.	Emancipação judicial	369
6.1.3.	Emancipação legal (automática)	369

6.1.3.1.	Casamento.....	369
6.1.3.1.1.	Diferença entre autorização para o casamento e emancipação.....	369
6.1.3.1.2.	Há retorno à incapacidade em caso de viuvez ou casamento nulo?.....	370
6.1.3.2.	Exercício de emprego público efetivo.....	370
6.1.3.3.	Colação de grau em curso de ensino superior.....	370
6.1.3.4.	Estabelecimento civil ou comercial e relação de emprego	371
7.	Estado da pessoa (status): da estrutura à função	371
7.1.	Interdição: uma expressão a ser evitada.....	372
6.	PESSOAS JURÍDICAS.....	373
1.	As pessoas jurídicas e seus ciclos históricos.....	373
2.	Quem pode titularizar relações jurídicas?.....	374
3.	Início da personificação das pessoas jurídicas: caráter constitutivo do registro.....	374
3.1.	Onde realizar o registro?.....	375
3.2.	Necessidade de autorização especial ou de cadastros posteriores à Constituição.....	375
3.3.	Ausência e cancelamento do registro	375
4.	Características: o que define uma pessoa jurídica?	376
5.	As teorias clássicas que tentam explicar a pessoa jurídica: discussão necessária?.....	377
6.	Entes não personalizados: quem são?.....	377
6.1.	Sujeitos de direito que não são pessoas.....	377
6.1.1.	Condomínio edilício.....	378
6.1.2.	Sociedade não personificada e sociedade irregular	378
6.1.3.	Herança jacente e vacante	378
6.1.4.	Espólio.....	379
6.1.5.	Outras situações possíveis.....	379
7.	A teoria do órgão: representação ou apresentação da pessoa jurídica?	379
8.	A teoria da aparência	380
8.1.	A teoria da aparência <i>versus</i> a teoria <i>ultra vires</i>	381
9.	Direitos da personalidade e pessoa jurídica.....	381
9.1.	Os chamados danos institucionais	381
10.	Desconsideração da personalidade jurídica	382
10.1.	Entendendo a desconsideração: a funcionalização do instituto	382
10.2.	Distinguindo desconsideração de despersonalização.....	383
10.3.	Teorias maior e menor: diferenciações e âmbitos de aplicação.....	383
10.3.1.	Código Civil e teoria maior: teorias maior subjetiva e objetiva	383
10.3.2.	CDC e teoria menor	384
10.4.	Requisitos para a desconsideração.....	385
10.4.1.	A desconsideração e a Lei de Liberdade Econômica.....	385
10.4.2.	Desconsideração e “sociedades em comum” (sociedade irregular ou de fato).....	388
10.5.	Aspectos processuais da desconsideração: diálogos entre o CC e o CPC/2015	388
10.6.	Desconsideração inversa: consagração doutrinária, jurisprudencial e normativa	389
10.7.	Outros campos temáticos da desconsideração	389
10.7.1.	A desconsideração e as <i>offshore companies</i>	389
10.7.2.	A desconsideração expansiva da personalidade jurídica.....	390
10.7.3.	A desconsideração no âmbito da administração pública	390
10.7.4.	A desconsideração e a questão da subcapitalização.....	390
10.7.5.	A desconsideração indireta da personalidade jurídica.....	391
10.7.6.	A desconsideração e as pessoas jurídicas sem fins lucrativos	391
11.	Classificação e espécies de pessoas jurídicas.....	391
11.1.	Pessoas jurídicas de direito público: espécies e forma de criação	391
11.2.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	392
11.2.1.	Corporações: a prevalência do elemento associativo	392
11.2.1.1.	Associações	392

11.2.1.1.1.	A questão da exclusão do associado.....	393
11.2.1.1.2.	Organizações religiosas e partidos políticos.....	394
11.2.1.1.2.1.	É possível o controle de legitimidade das organizações religiosas?.....	394
11.2.1.1.3.	As taxas de manutenção e os condomínios de lote.....	395
11.2.1.2.	Sociedades.....	396
11.2.1.2.1.	Função social da empresa x função social da propriedade.....	396
11.2.2.	Fundações.....	396
11.2.2.1.	As fundações e a atuação do Ministério Público.....	397
11.2.2.2.	A questão dos fins das fundações.....	397
11.2.2.3.	As fundações podem participar de sociedade?.....	398
11.2.2.4.	A polêmica questão das fundações de direito público.....	398
11.2.3.	O chamado Terceiro Setor.....	399
11.2.4.	Os empreendimentos de economia solidária (Lei n. 15.068/2024).....	399
12.	O Estado no século XXI: contextualização.....	400
12.1.	Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?.....	401
12.2.	A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira.....	402
12.2.1.	Uma lenta assimilação cultural das mudanças.....	402
12.3.	O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado.....	403
13.	As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	403
13.1.	A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais.....	404
13.1.1.	A teoria dos deveres de proteção.....	404
13.1.2.	O princípio da vedação de medidas insuficientes.....	405
13.2.	Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais.....	405
13.2.1.	O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	405
13.2.1.1.	O olhar recente do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios).....	406
14.	Agentes públicos: compreendendo a expressão.....	406
14.1.	Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”.....	407
14.2.	A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”.....	407
14.3.	É possível propor a ação diretamente contra o agente público?.....	408
14.3.1.	A teoria da dupla garantia.....	408
14.3.2.	A teoria da inexistência do benefício de ordem.....	408
14.3.3.	Visões distintas: STF e STJ.....	408
14.3.3.1.	A questão no STJ.....	408
14.3.3.2.	A questão no STF.....	409
14.4.	Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude.....	409
14.4.1.	As inovações do CPC/2015.....	410
14.5.	Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos.....	410
15.	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	410
15.1.	Omissão genérica e omissão específica.....	411
15.2.	O Estado tinha o dever de evitar o dano?.....	411
15.3.	A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?.....	412
15.3.1.	Visões distintas: STF e STJ.....	412
15.3.2.	Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada.....	412
15.3.3.	Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?.....	412
15.3.3.1.	A questão no STJ.....	414
15.3.3.2.	A questão no STF.....	414
15.3.4.	O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões.....	415
15.3.5.	Até os subjetivistas estão objetivando?.....	416
15.4.	Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?.....	417
16.	Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais.....	421
16.1.	Responsabilidade civil por atos legislativos.....	421
16.1.1.	Imunidade parlamentar e questões conexas.....	422

16.1.2.	O dever de indenizar e as leis.....	423
16.1.2.1.	Leis inconstitucionais.....	423
16.1.2.2.	Leis constitucionais.....	424
16.1.3.	Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema.....	424
16.2.	Responsabilidade civil por atos judiciais.....	425
16.2.1.	A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?.....	426
16.3.	Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?.....	426
16.3.1.	Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco	427
17.	Outras questões	428
17.1.	Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016.....	428
17.2.	Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícius de patrimonialismo?)	430
17.2.1.	Direito ou dever do Estado?.....	430
17.2.2.	A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	432
17.2.3.	Há prazo prescricional para a ação de regresso?.....	432
17.2.3.1.	<i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema	433
17.3.	Prescrição: polêmicas e definições.....	433
17.4.	A questão da denúncia da lide	434
17.5.	Danos multitudinários: visão atual do problema.....	434
17.6.	A lei anticorrupção (Lei n. 12.846/2013): aspectos relevantes.....	436
7.	DOMICÍLIO	438
1.	Contextualização e importância.....	438
2.	Conceito de domicílio	439
2.1.	Domicílio profissional	439
3.	Pluralidade de domicílios	440
3.1.	Sistemas francês e alemão.....	440
3.2.	Opção brasileira	440
4.	Questionando o “ânimo definitivo”: estamos caminhando para uma objetivação do conceito de domicílio?.....	441
5.	Espécies de domicílio	442
5.1.	Em relação à pessoa: física/jurídica (de direito público e privado).....	442
5.1.1.	Inserindo o CDC no debate.....	442
5.2.	Quanto ao modo de estabelecimento (voluntário/necessário).....	442
5.3.	Quanto ao âmbito espacial (geral/especial)	443
5.4.	A questão do domicílio ocasional	443
5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	444
5.5.1.	Pluralidade de domicílio da pessoa jurídica	444
5.5.2.	O domicílio da pessoa jurídica estrangeira e outras situações processuais	444
8.	BENS.....	445
1.	Coisas e bens: uma constante confusão conceitual e terminológica.....	445
2.	A necessidade de atualização do conceito de bem no direito civil: “descoisificando” certos bens.....	446
3.	O conceito de patrimônio	447
3.1.	O abuso de certas ficções tradicionais: todos têm patrimônio.....	448
4.	Os bens como o objeto das relações jurídicas	448
5.	Classificação dos bens: classificamos por quê?	449
5.1.	Bem em si mesmos considerados	449
5.1.1.	Bens móveis e imóveis: visão clássica e atual (desmaterialização dos bens).....	449
5.1.1.1.	Bens imóveis.....	450
5.1.1.1.1.	Imóveis por natureza	450
5.1.1.1.2.	Imóveis por acessão natural.....	450
5.1.1.1.3.	Imóveis por acessão artificial ou industrial	450
5.1.1.1.4.	Imóveis por determinação legal.....	450
5.1.1.2.	Bens móveis.....	451

5.1.1.2.1.	Bens móveis por natureza.....	451
5.1.1.2.2.	Bens móveis por determinação legal.....	451
5.1.1.2.3.	Bens móveis por antecipação.....	451
5.1.1.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	451
5.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	452
5.1.2.1.	Bens fungíveis.....	452
5.1.2.2.	Bens infungíveis.....	452
5.1.2.2.1.	Infungíveis por natureza.....	452
5.1.2.2.2.	Infungíveis por convenção.....	452
5.1.2.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	453
5.1.3.	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	453
5.1.3.1.	Bens consumíveis.....	453
5.1.3.2.	Bens consumíveis por equiparação.....	453
5.1.3.3.	Bens inconsumíveis.....	453
5.1.3.4.	Existem repercussões pragmáticas relevantes na distinção?.....	453
5.1.4.	Bens divisíveis e indivisíveis.....	454
5.1.4.1.	Bens divisíveis.....	454
5.1.4.2.	Bens indivisíveis.....	454
5.1.4.2.1.	Indivisíveis por natureza.....	454
5.1.4.2.2.	Indivisíveis por convenção.....	454
5.1.4.2.3.	Indivisíveis por determinação legal.....	454
5.1.4.3.	Repercussões pragmáticas da distinção.....	454
5.1.5.	Bens singulares e coletivos.....	455
5.1.5.1.	Bens singulares.....	455
5.1.5.2.	Bens coletivos.....	455
5.1.6.	A questão dos bens corpóreos e incorpóreos.....	455
5.2.	Bem reciprocamente considerados: bens principais e acessórios.....	455
5.2.1.	Bens principais.....	455
5.2.2.	Bens acessórios.....	456
5.2.2.1.	Frutos e produtos.....	456
5.2.2.2.	Pertenças.....	456
5.2.2.3.	Benfeitorias: conceito e espécies.....	456
5.2.3.	Repercussões pragmáticas das distinções.....	457
5.3.	Bens quanto à titularidade do domínio.....	457
5.4.	Bens públicos.....	457
5.4.1.	Bens públicos de uso comum.....	457
5.4.2.	Bens públicos de uso especial.....	458
5.4.3.	Bens públicos dominicais.....	458
5.4.3.1.	Afetação e desafetação.....	458
5.4.3.2.	Alienação de bem público.....	458
5.4.3.3.	Usucapião de bem público.....	459
6.	Coisas fora do comércio.....	459
7.	Bem de família.....	459
7.1.	Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo.....	459
7.2.	Bem de família: dois perfis conceituais.....	460
7.2.1.	A proteção do imóvel do devedor sozinho.....	460
7.2.2.	Natureza jurídica do bem de família.....	460
7.3.	O bem de família convencional.....	460
7.3.1.	Extensão da proteção.....	460
7.3.2.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	461
7.3.3.	Legitimação para a instituição.....	461
7.3.4.	Duração.....	461
7.3.5.	A questão da solvência do instituidor.....	461
7.3.6.	A intervenção do Ministério Público.....	461

7.4.	O bem de família legal.....	461
7.4.1.	Noções conceituais e a questão do bem de menor valor.....	462
7.4.2.	Alargamento do objeto.....	462
7.4.3.	Característica do bem de família legal.....	462
7.4.4.	A questão dos bens de valor médio e imóvel único de elevado valor.....	462
7.4.5.	Exceções à regra da impenhorabilidade.....	463
7.4.6.	Compreensão ampla do núcleo familiar e a questão da residência efetiva.....	464
7.4.7.	Questões processuais.....	464
9.	FATOS JURÍDICOS.....	466
1.	Alguns conceitos fundamentais.....	466
1.1.	Fato jurídico.....	466
1.2.	Suporte fático.....	466
1.3.	Incidência.....	467
1.4.	Relação jurídica.....	467
1.5.	Norma jurídica: regras e princípios.....	467
1.5.1.	Estrutura das regras jurídicas.....	467
1.5.1.1.	Regras dispositivas e regras cogentes.....	468
1.5.2.	Estrutura dos princípios.....	469
1.5.2.1.	Os princípios como pontes entre o social e o jurídico.....	469
2.	Planos do mundo jurídico.....	470
2.1.	Compreendendo os três planos.....	470
2.1.1.	Plano da existência.....	470
2.1.2.	Plano da validade.....	470
2.1.3.	Plano da eficácia.....	471
2.2.	Todos os fatos jurídicos passam pelos três planos do mundo jurídico?.....	471
2.3.	Existência, validade e eficácia: exemplificando os três planos.....	471
3.	A eficácia é essencial ao conceito de fato jurídico?.....	472
4.	Distinguindo conceitos: eficácia e efetividade.....	472
5.	O direito só tem uma resposta correta para cada caso? Uma questão fascinante.....	473
6.	A crescente importância da interpretação em nossos dias.....	474
7.	Ainda há espaço, no século XXI, para as teorias gerais?.....	474
8.	Como classificar os fatos jurídicos lícitos? Entendendo cada uma das espécies.....	476
8.1.	Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	476
8.2.	Ato-fato jurídico.....	476
8.2.1.	Teoria do risco: responsabilidade por ato lícito ou ilícito?.....	476
8.3.	Ato jurídico.....	477
8.3.1.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	477
8.3.2.	Negócio jurídico.....	478
10.	CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	479
1.	Negócio jurídico: um conceito relativamente recente.....	479
1.1.	Posição monista e dualista.....	479
2.	Retomando algumas distinções.....	480
2.1.	Teoria da vontade e teoria da declaração: uma velha polêmica e a opção do Código Civil.....	480
2.2.	Distinção civilística entre causa e motivo.....	480
2.2.1.	Divergências entre o querido e o declarado: reserva mental e declarações não sérias.....	481
3.	Classificação dos negócios jurídicos.....	482
3.1.	Unilaterais e plurilaterais.....	482
3.1.1.	Diferença entre parte e pessoa.....	482
3.1.2.	Negócios receptícios e não receptícios.....	482
3.2.	Solenes e não solenes (de forma livre).....	483
3.3.	Principais e acessórios.....	483

3.4. Típicos e atípicos.....	483
3.5. <i>Inter vivos e mortis causa</i>	483
3.6. <i>Intuitu personae</i> e impessoais.....	483
3.7. Gratuitos e onerosos.....	484
3.7.1. Comutativos e aleatórios.....	484
3.7.1.1. Bifrontes.....	484
3.8. Simples e mistos (ou complexos).....	484
3.9. Consensuais e reais.....	484
3.10. A questão da aquisição originária ou derivada.....	484
3.11. A questão dos negócios jurídicos processuais.....	485
4. As regras do Código Civil sobre interpretação e um olhar sobre a jurisprudência.....	486
4.1. A questão do silêncio: quem cala consente?.....	487
4.2. Reserva mental: qual a relevância da vontade interna não manifestada?.....	487
4.3. Princípio da conservação do negócio jurídico (<i>utile per inutile non vitiatur</i>): é possível aproveitar a parte válida do negócio jurídico? Regra e exceção.....	488
5. Elementos dos negócios jurídicos.....	489
5.1. Agente capaz.....	489
5.1.1. O conceito de ilegitimidade no direito civil.....	490
5.2. Objeto lícito e possível.....	490
5.3. Objeto determinado ou determinável.....	491
5.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	491
5.4.1. Escritura pública nos imóveis e possibilidade de tornar o instrumento público substancial em certos atos.....	491
6. Representação.....	492
6.1. Distinguindo: excesso na representação e abuso na representação.....	492
6.2. A figura do negócio consigo mesmo.....	493
7. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo.....	494
7.1. Condição.....	494
7.1.1. Suspensivas e resolutivas.....	494
7.1.1.1. Condição suspensiva.....	494
7.1.1.2. Condição resolutiva.....	494
7.1.1.2.1. Diferença essencial entre as hipóteses.....	495
7.1.2. Lícitas e ilícitas.....	495
7.1.3. Possíveis e impossíveis.....	495
7.1.3.1. Impossíveis suspensivas e impossíveis resolutivas.....	495
7.1.4. Abuso de direito no implemento das condições.....	495
7.1.4.1. Implemento impedido pela parte desfavorecida.....	495
7.1.4.2. Implemento forçado pela parte favorecida.....	496
7.1.5. Titular de direito eventual.....	496
7.2. Termo.....	496
7.3. Encargo ou modo.....	496

11. DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO..... 497

1. Contextualização e características gerais.....	497
1.1. A opção do legislador foi a melhor? Hipóteses e sanções.....	497
1.2. Vícios de consentimento e vícios sociais.....	498
2. Erro.....	499
2.1. Espécies de erro substancial.....	500
2.1.1. Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>).....	500
2.1.2. Erro sobre o objeto principal da declaração (<i>error in corpore</i> ou <i>error in substantia</i>).....	500
2.1.3. Erro sobre a natureza do negócio (<i>error in negotium</i>).....	500
2.1.4. A questão do erro de direito (<i>error juris</i>).....	500
2.2. Responsabilidade civil por interesse negativo.....	500
2.3. Retomando alguns pontos.....	501

2.3.1.	O que se deve entender por erro substancial ou essencial.....	501
2.3.1.1.	Erro escusável.....	501
2.3.2.	Erro acidental causa a anulabilidade do negócio jurídico?	502
2.3.3.	A questão do erro sobre o motivo.....	502
2.4.	Diferenciando erro de ignorância.....	502
2.5.	Diferenciando erro de vício redibitório.....	502
2.6.	Diferenciando erro do vício do produto no CDC.....	503
2.7.	Erro e conservação do negócio jurídico.....	503
3.	Dolo.....	504
3.1.	Dolo substancial e acidental, positivo e negativo, <i>bonus</i> e <i>malus</i>	504
3.2.	A questão do dolo recíproco: quais os limites da “compensação” entre os dolos?	505
3.3.	Classificação do dolo quanto à pessoa que age dolosamente.....	505
3.3.1.	Dolo praticado por uma das partes.....	505
3.3.2.	Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada....	505
3.3.3.	Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada....	505
3.4.	Dolo do representante: situações diversas na representação legal e convencional.....	505
3.5.	O dolo como causa de danos indenizáveis.....	506
3.5.1.	A ausência do dever de informar.....	506
3.6.	Retomando alguns pontos.....	507
4.	Coação.....	507
4.1.	Classificação da coação quanto a pessoa que a exerce	508
4.1.1.	Quando a coação é exercida por uma das partes.....	508
4.1.2.	Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	509
4.1.3.	Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	509
4.2.	Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação	509
4.3.	Retomando e sublinhando certos pontos.....	509
5.	Lesão.....	510
5.1.	O dolo de aproveitamento é exigível na lesão civil?.....	511
5.2.	Lesão e conservação dos contratos.....	512
6.	Estado de perigo	512
7.	Fraude contra credores.....	513
7.1.	Hipóteses legais.....	514
7.1.1.	Negócios de transmissão gratuita de bens.....	514
7.1.2.	Remissão de dívidas	514
7.1.3.	Contratos onerosos com presunção de fraude.....	514
7.1.4.	Pagamento antecipado de dívidas	514
7.1.5.	Concessão de garantias preferenciais.....	514
7.1.6.	Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento.....	515
7.2.	A ação pauliana	515
7.3.	Distinguindo a fraude contra credores da fraude à execução	515
7.3.1.	A fraude à execução e seus contornos	515
7.3.2.	Alienação de bem penhorado	516
8.	Prazos para arguir a anulabilidade.....	516
9.	Anulabilidade ou ineficácia? Distintas posições doutrinárias.....	517
12.	INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	519
1.	Invalidade do negócio jurídico: o ontem e o hoje	519
2.	Inválido: gênero e espécies.....	520
2.1.	Nulo (nulidade)	520
2.2.	Anulável (anulabilidade).....	520
3.	O inválido como fato jurídico.....	521
3.1.	A invalidade como sanção.....	521

4.	Distinções possíveis entre o nulo e o anulável.....	522
4.1.	A questão (problemática) da ordem pública <i>versus</i> interesses privados	522
4.1.1.	Críticas possíveis	522
4.1.1.1.	É possível traçar uma distinção clara entre público e privado?	522
4.1.1.2.	Interesse estatal e interesse público: interesses nem sempre iguais	523
4.1.1.3.	O interesse público deve sempre prevalecer sobre o particular?.....	523
4.2.	A possibilidade de conhecimento de ofício pelo juiz.....	523
4.2.1.	A possibilidade de conhecimento de ofício nas relações de consumo.....	523
4.3.	A possibilidade de confirmação (ratificação)	524
4.4.	A possibilidade de convalidação (sanabilidade do vício).....	524
4.4.1.	Prazos para alegar a anulabilidade.....	524
4.5.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da decisão judicial	524
4.6.	Quanto às pessoas que podem invocá-las	525
4.7.	Quanto à produção de efeitos.....	525
4.7.1.	A razoabilidade e o negócio jurídico nulo	525
4.7.2.	Nulo: ordem pública; anulável: ordem privada: será mesmo?.....	525
5.	O sistema de nulidades do CDC.....	525
6.	Outras classificações possíveis.....	526
6.1.	Nulidade total e nulidade parcial.....	526
6.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	526
6.3.	Nulidade textual e nulidade virtual	526
7.	Conversão do negócio jurídico.....	526
8.	Simulação.....	527
8.1.	Simulação absoluta e relativa.....	528
8.2.	Negócio simulado e negócio dissimulado.....	528
8.2.1.	Conceito e pressupostos da extraversão	529
13.	ILÍCITOS CIVIS	530
1.	Contextualização inicial e algumas precisões conceituais.....	530
2.	Podemos dizer que o ilícito é um fato jurídico?	531
3.	Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?.....	532
3.1.	Uma categoria com eficácia única?	532
3.2.	Críticas à concepção da eficácia única.....	533
3.3.	Convivendo com as outras eficácias.....	534
3.3.1.	Ilícito indenizante.....	534
3.3.2.	Ilícito caducificante.....	535
3.3.3.	Ilícito autorizante	536
3.3.4.	Ilícito invalidante.....	537
4.	Cabe superar a distinção entre ilícitos absolutos e relativos?	537
4.1.	Em direção à outra distinção: ilícitos patrimoniais e ilícitos extrapatrimoniais.....	538
5.	O abuso de direito ou ilícito funcional.....	538
5.1.	O ilícito funcional como uma cláusula geral.....	540
14.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	542
1.	Contextualizando: o efeito do tempo sobre o direito.....	542
2.	Fundamento e natureza jurídica da prescrição e da decadência	542
3.	Prescrição e decadência: suportes fáticos parecidos, eficácias diferentes.....	543
4.	Entendendo a prescrição.....	543
4.1.	A opção – equivocada – do Código Civil de 1916.....	544
4.2.	A opção – correta – do Código Civil de 2002.....	544
5.	Direitos prestacionais e direitos potestativos: uma distinção relevante	545
6.	A prescrição extingue a pretensão? A prescrição como exceção	546
7.	Outras questões relevantes	546

7.1.	A questão das causas suspensivas e impeditivas.....	547
7.1.1.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria <i>contra non valentem</i>	547
7.2.	A questão da natureza jurídica da prescrição: ordem pública ou interesse privado?	548
7.3.	A questão da interrupção da prescrição.....	548
7.4.	A questão da alegabilidade da prescrição.....	549
7.5.	A questão da exceção.....	549
7.6.	A questão da prescrição intercorrente.....	549
7.7.	Prescrição da pretensão civil quando houver ação penal em curso.....	550
7.8.	Esclarecendo alguns pontos.....	551
7.8.1.	Quem está sujeito à prescrição?.....	551
7.8.2.	Quais direitos estão sujeitos à prescrição?.....	551
7.9.	Prescrição e pandemia.....	551
8.	Prazos prescricionais.....	551
8.1.	No Código Civil.....	551
8.1.1.	Conhecendo os prazos legais.....	552
8.2.	No CDC.....	552
8.3.	A teoria da <i>actio nata</i>	553
8.3.1.	Os rumos atuais (e jurisprudenciais) da teoria da <i>actio nata</i>	553
8.4.	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	555
8.5.	A questão das pretensões imprescritíveis	555
9.	Entendendo a decadência	556
9.1.	A opção do Código Civil.....	557
9.2.	As espécies de decadência.....	557
9.3.	A questão da alegabilidade da decadência	558
9.4.	Compreendendo as distinções entre prescrição e decadência.....	558
9.5.	Quadros comparativos.....	559
10.	Alguns prazos de prescrição e decadência.....	560
15.	PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS.....	561
1.	Prova: matéria referente ao direito material ou processual?	561
1.1.	O que são normas heterotópicas? Há relevância pragmática no sistema brasileiro?	562
2.	O que pode ser objeto da prova?.....	562
2.1.	O direito à prova no novo processo civil: uma dimensão substancial do contraditório.....	563
3.	A disciplina do Código Civil: trata-se de rol exaustivo?	564
3.1.	Confissão	565
3.2.	Documento.....	566
3.2.1.	A fuga do papel.....	567
3.2.2.	O documento eletrônico no CPC/2015.....	567
3.3.	Testemunhas.....	568
3.3.1.	A questão da prova “exclusivamente testemunhal”.....	569
3.4.	Presunção: o que realmente pode ser entendido como tal?.....	569
3.4.1.	Presunções legais: relativa e absoluta.....	570
3.4.1.1.	As chamadas presunções absolutas (<i>juris et de jure</i>) são presunções?.....	570
3.4.2.	A questão da recusa de se submeter a exame médico.....	571
3.5.	Perícia.....	571
4.	Tendências que se fortalecem.....	572
4.1.	Inversões do ônus da prova: perfil e momento para inversão	572
4.2.	A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	573
4.3.	Negócios jurídicos sobre o ônus da prova	573
4.4.	Presunções de nexos causal.....	574
4.5.	Interpretação dos negócios jurídicos e a Lei da Liberdade Econômica.....	575

OBRIGAÇÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	581
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	583
1. Noções gerais.....	583
1.1. Conceito de obrigações.....	583
1.2. Características essenciais.....	584
1.3. Evolução histórica.....	585
1.4. Introdução ao estudo das garantias.....	587
1.5. Posição no direito civil	587
1.6. O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	588
1.6.1. O empresário e a <i>Lei da Liberdade Econômica</i> (Lei n. 13.874/19).....	588
2. Elementos constitutivos das obrigações	588
2.1. Generalidades	588
2.2. Elemento subjetivo (o credor e o devedor).....	589
2.3. Elemento objetivo (a prestação).....	589
2.4. Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	590
2.4.1. O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	590
2.4.2. Consequências do não cumprimento espontâneo.....	590
2.4.3. A execução da obrigação através do Poder Judiciário	591
2.4.4. O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	591
3. Principais distinções	592
3.1. Direitos reais.....	592
3.1.1. Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais.....	593
3.1.2. Situações híbridas	594
3.1.3. Obrigações <i>propter rem</i>	594
3.2. Direitos da personalidade	595
3.3. Obrigação, dever, sujeição e ônus	595
4. Fontes das obrigações	596
4.1. Introdução	596
4.2. Tripartição das obrigações segundo as suas funções	597
4.2.1. Negócio jurídico.....	597
4.2.2. Responsabilidade civil.....	597
4.2.3. Enriquecimento sem causa.....	598
4.3. A boa-fé objetiva como fonte das obrigações.....	599
5. Os paradigmas do código civil no direito das obrigações	599
5.1. As obrigações e o Código Civil de 2002	599
5.2. Princípio da socialidade.....	599
5.3. Princípio da eticidade.....	600
5.4. Princípio da operabilidade.....	600
6. A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”).....	600
6.1. Introdução	600
6.2. Os deveres de conduta.....	601
6.2.1. Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	601
6.2.2. Funções dos deveres de conduta.....	602
6.2.3. Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	603
6.2.4. O terceiro ofendido e a relação obrigacional	603
6.2.5. O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....	603
6.3. A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional.....	604

2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES I – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO	605
1. Introdução.....	605
2. Classificação quanto ao objeto.....	605
2.1. Obrigação de dar e de restituir.....	605
2.1.1. A obrigação de dar como processo.....	606
2.1.2. Obrigação de dar coisa certa.....	606
2.1.2.1. A impossibilidade nas obrigações de dar	607
2.1.2.2. A teoria dos riscos	608
2.1.3. Obrigação de dar coisa incerta.....	613
2.1.3.1. Generalidades	613
2.1.3.2. O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	613
2.1.4. A desmaterialização das obrigações de dar	614
2.1.5. Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta.....	614
2.2. Obrigação de fazer.....	616
2.2.1. Generalidades.....	616
2.2.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer (e as dificuldades resultantes da pandemia).....	617
2.3. Obrigação de não fazer.....	619
2.3.1. Generalidades.....	619
2.3.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer.....	620
2.4. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer.....	621
2.4.1. O Cumprimento da Sentença.....	622
2.4.2. A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	623
3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES II – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS	624
1. Obrigações alternativas	624
1.1. Noções preliminares.....	624
1.2. Concentração.....	625
1.3. A obrigação alternativa como processo.....	626
1.4. Impossibilidade das prestações.....	626
2. Obrigações facultativas.....	628
3. Obrigações cumulativas.....	629
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	629
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	630
5.1. Introdução	630
5.2. Noções gerais sobre a indivisibilidade	631
5.3. A indivisibilidade e as modalidades de obrigações	632
5.4. Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	632
6. Obrigações solidárias.....	633
6.1. Noções gerais.....	633
6.2. Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	635
6.3. Solidariedade ativa.....	636
6.3.1. Noções Gerais.....	636
6.3.2. A Solidariedade Ativa e a Coisa Julgada	637
6.4. Solidariedade passiva	637
6.4.1. Noções gerais	637
6.4.2. Remissão e renúncia à solidariedade	639
4. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES III – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À EXIGIBILIDADE E AO CONTEÚDO.....	640
1. Classificação quanto à exigibilidade.....	640
1.1. Obrigações civis e obrigações naturais.....	640
1.2. Regime das obrigações naturais.....	640

1.3. Espécies de obrigações naturais.....	641
1.3.1. Obrigações de trato social.....	641
1.3.2. Obrigações fundadas em imperativos morais	642
2. Classificação quanto ao conteúdo	642
2.1. Obrigações de meio e de resultado	642
2.2. Obrigações de garantia	642
5. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	644
1. Introdução.....	644
1.1. Vicissitudes da obrigação	644
1.2. O crédito como objeto do tráfico jurídico	644
2. Cessão de crédito	645
2.1. Noções gerais.....	645
2.2. Regime jurídico	645
2.3. Efeitos da cessão de crédito	648
2.4. Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos	650
3. Assunção de dívida	650
3.1. Conceito e noções gerais	650
3.2. Modalidades de assunção de dívida	651
3.3. Requisitos da assunção de dívida.....	652
3.4. Efeitos da assunção de dívida.....	653
3.5. Distinções com modelos jurídicos afins.....	653
4. Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	654
4.1. Noções gerais.....	654
4.2. Requisitos.....	656
4.3. Efeitos.....	657
4.4. Distinções com outros modelos jurídicos.....	657
5. Outras formas de transmissão das obrigações	658
5.1. Linhas gerais.....	658
5.2. Usufruto de créditos.....	658
5.3. Penhor de créditos.....	658
5.4. Cessão da garantia sobre o crédito	659
5.5. Endosso.....	660
6. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES I	661
1. Introdução.....	661
1.1. Premissas metodológicas.....	661
1.2. O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor	662
1.3. Natureza jurídica do adimplemento.....	662
1.4. O pagamento é somente um dever, ou também é um direito do credor?.....	663
1.5. Princípios norteadores do adimplemento.....	663
1.5.1. Princípio da pontualidade	663
1.5.2. Princípio da boa-fé objetiva.....	664
2. Requisitos subjetivos do pagamento.....	664
2.1. Quem paga – o <i>solvens</i>	664
2.1.1. Noções gerais.....	664
2.1.2. O terceiro interessado.....	665
2.1.3. O terceiro não interessado	666
2.2. Quem recebe – o <i>accipiens</i>	667
3. Requisitos objetivos do pagamento.....	669
3.1. Do objeto do pagamento	669
3.1.1. O art. 317 do CC: aspectos atuais	670
3.2. Da prova do pagamento.....	671

3.3. Local do pagamento.....	672
3.4. Tempo do pagamento.....	673
7. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES II – MODALIDADES ESPECIAIS DE PAGAMENTO	677
1. Introdução.....	677
2. Pagamento em consignação.....	677
2.1. Fundamentos da consignação.....	677
2.2. Modalidades de depósito.....	678
2.3. Hipóteses de admissão da consignação	678
2.4. Pressupostos da consignação.....	680
2.5. Questões polêmicas do depósito.....	681
3. Pagamento com sub-rogação	682
3.1. Noções introdutórias.....	682
3.2. Espécies de sub-rogação	682
3.3. Eficácia da sub-rogação.....	684
4. Imputação do pagamento	684
4.1. Considerações introdutórias.....	684
4.2. Elementos da imputação do pagamento	685
5. Dação em pagamento	686
5.1. Noções gerais.....	686
5.2. Requisitos.....	686
5.3. Aspectos relevantes.....	687
6. Novação	687
6.1. Noções gerais.....	687
6.2. Pressupostos da novação	688
6.3. Modalidades	689
6.4. Efeitos.....	690
7. Compensação.....	691
7.1. Noções gerais.....	691
7.2. Espécies.....	692
7.3. Limites à compensação.....	693
8. Confusão.....	694
8.1. Noções gerais.....	694
8.2. Requisitos.....	695
8.3. Efeitos.....	695
9. Remissão.....	696
9.1. Linhas gerais.....	696
9.2. Características	696
9.3. Efeitos.....	696
8. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I	698
1. O inadimplemento como gênero e as obrigações complexas.....	698
2. Espécies de inadimplemento.....	699
2.1. Inadimplemento absoluto.....	699
2.1.1. Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação	699
2.1.2. Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	700
2.1.3. O caso fortuito e a força maior	701
2.1.3.1. A pandemia e a questão da força maior.....	701
2.1.3.2. A frustração do fim do contrato.....	703
2.1.4. A resolução da obrigação pelo inadimplemento	704
2.1.5. Inadimplemento mínimo	705
2.2. Mora.....	706

2.2.1. Mora do devedor	706
2.2.2. Mora do credor	709
2.2.3. Constituição em mora	709
2.2.4. Purgação da mora	711
2.3. Violação positiva do contrato.....	712

9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II – CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES 714

1. Perdas e danos	714
1.1. Noções gerais.....	714
2. Dano patrimonial.....	715
2.1. O dano emergente e o lucro cessante.....	715
2.2. Dano moral negocial	716
3. Juros.....	717
3.1. Noções introdutórias.....	717
3.2. Os juros moratórios no Código Civil	718
3.3. Os juros compensatórios no Código Civil	720
3.4. Os juros e as instituições financeiras.....	720
3.5. A capitalização dos juros.....	721
4. Cláusula penal.....	722
4.1. Noções introdutórias.....	722
4.2. Natureza jurídica da cláusula penal.....	723
4.3. Modalidades de cláusula penal.....	723
4.4. O balanceamento da cláusula penal.....	724
5. Arras.....	726
5.1. Noções introdutórias.....	726
5.2. Arras confirmatórias.....	726
5.3. Arras penitenciais.....	727

RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	729
1.1. A responsabilidade civil de nossos dias: um edifício em construção.....	729
1.2. Responsabilidade civil: fundamento e crescente objetivação	730
1.3. Dano: um conceito geográfica e temporalmente variável	731
2. Princípios da responsabilidade civil.....	732
2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	732
2.2. Princípio da solidariedade social	732
2.3. Princípio da prevenção.....	733
2.4. Princípio da reparação integral.....	733
3. As funções da responsabilidade civil	735
3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	735
3.1.1. Função reparatória.....	735
3.1.2. Função punitiva.....	736
3.1.3. Função precaucional.....	737
3.2. A prevenção como cerne da responsabilidade civil atual.....	738
4. Modalidades de responsabilidade civil.....	739
4.1. A responsabilidade pela confiança: superação da clássica dicotomia	739
4.2. Responsabilidade pela violação positiva do contrato.....	740
4.3. Violação de deveres anexos.....	740
4.4. Responsabilidade pré-negocial: deveres anexos desvinculados da obrigação.....	741

4.5.	Responsabilidade pós-negocial: deveres anexos transcendem a obrigação	741
4.6.	Responsabilidade transubjetiva e os deveres anexos	742
4.7.	O terceiro ofendido e a relação obrigacional	742
4.8.	O terceiro ofensor e a relação obrigacional	742
5.	Teoria subjetiva: pressupostos.....	743
5.1.	Ilícito civil.....	743
5.1.1.	A caracterização do ilícito como fato jurídico	744
5.1.2.	Apenas do ilícito advém a responsabilidade civil?.....	744
5.1.3.	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	744
5.1.4.	Excludentes de ilicitude civil	745
5.1.4.1.	Estado de necessidade (art. 188, II; arts. 929 e 930)	746
5.1.4.1.1.	Estado de necessidade sem culpa pelo perigo.....	746
5.1.4.1.2.	Estado de necessidade com culpa pelo perigo	746
5.1.4.2.	Legítima defesa (art. 188, I; art. 930, parágrafo único).....	747
5.1.4.2.1.	A questão da proporcionalidade na reação	747
5.1.4.2.2.	Legítima defesa que causa danos em terceiros.....	748
5.1.4.2.2.1.	Legítima defesa de terceiro	748
5.1.4.2.3.	Legítima defesa putativa.....	749
5.1.4.3.	Exercício regular de direito (art. 188, I).....	749
5.1.4.4.	Estrito cumprimento de dever legal	750
5.1.4.5.	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea	750
5.1.5.	O abuso de direito como ato ilícito	751
5.1.5.1.	Exige-se dano ou culpa para a aferição do abuso de direito?.....	751
5.1.5.2.	O abuso de direito como cláusula geral.....	752
5.2.	A culpa	753
5.2.1.	A culpa e a responsabilidade civil.....	753
5.2.2.	A evolução do significado de culpa civil.....	753
5.2.3.	A culpa presumida	753
5.2.4.	A graduação da culpa	754
5.2.5.	O ilícito e a culpa	755
5.2.6.	A mitigação da reparação por equidade.....	755
5.2.7.	O renascimento da culpa.....	757
5.3.	O dano.....	758
5.3.1.	O dano como elemento essencial da responsabilidade civil.....	758
5.3.2.	O conceito de dano	758
5.3.3.	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	758
5.3.4.	A medida dos danos	759
5.3.5.	O dano patrimonial.....	759
5.3.5.1.	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	759
5.3.5.1.1.	Os danos emergentes (dano positivo)	759
5.3.5.1.2.	Os lucros cessantes (dano negativo).....	760
5.3.5.1.3.	A perda da chance.....	760
5.3.5.1.3.1.	Perda da chance de obtenção de futura vantagem.....	760
5.3.5.1.3.2.	Perda da chance de se evitar um prejuízo.....	761
5.3.5.2.	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial	761
5.3.5.2.1.	Dano reflexo ou em ricochete.....	761
5.3.5.2.2.	Danos certos ou incertos.....	762
5.3.5.2.3.	Danos presentes e futuros	762
5.3.6.	O dano moral (extrapatrimonial)	762
5.3.6.1.	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação.....	763
5.3.6.2.	Em busca de um conceito: o que é dano moral?	764
5.3.6.3.	Dano moral ou dano extrapatrimonial?.....	765
5.3.6.4.	Dano moral – compensação ou indenização?	766

5.3.6.5.	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória.....	766
5.3.6.6.	A desmonetização da reparação pelo dano moral.....	766
5.3.6.7.	O dano moral por inadimplemento obrigacional	767
5.3.6.8.	A titularidade do direito à reparação	767
5.3.6.8.1.	Os lesados diretos	767
5.3.6.8.1.1.	Os lesados diretos desprovidos de discernimento.....	767
5.3.6.8.1.2.	Os nascituros como lesados diretos.....	768
5.3.6.8.2.	Os lesados indiretos	768
5.3.6.9.	A condenação em valor inferior ao postulado nos danos morais	768
5.3.6.10.	A pessoa jurídica como legitimada ativa.....	768
5.3.6.10.1.	A empresa e o dano moral.....	769
5.3.6.10.2.	O dano institucional como terceira via.....	769
5.3.6.11.	O dano moral coletivo.....	770
5.3.6.11.1.	O dano moral coletivo como uma pena civil	771
5.3.6.12.	Valorizando e quantificando o dano moral: terreno de armadilhas e perplexidades.....	772
5.3.6.12.1.	Buscando alguma objetivação de sentido: o critério bifásico	772
5.3.6.12.2.	Outras questões relativas à quantificação	773
5.3.6.13.	A pena civil: um brevíssimo contexto	774
5.3.7.	O dano estético.....	775
5.4.	O nexo causal	776
5.4.1.	O nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil	776
5.4.1.1.	A concausalidade	777
5.4.2.	Teorias do nexo causal.....	777
5.4.2.1.	Teoria da equivalência dos antecedentes causais	778
5.4.2.2.	Teoria da causalidade adequada	778
5.4.2.3.	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessidade.....	779
5.4.2.4.	Reconhecendo uma realidade: impera na prática uma imensa confusão conceitual.....	780
5.4.3.	As excludentes da responsabilidade civil.....	780
5.4.3.1.	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	781
5.4.3.2.	O fato exclusivo da vítima	783
5.4.3.3.	O fato concorrente e a redução de danos.....	784
5.4.3.4.	O fato de terceiro	784
5.4.3.5.	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva).....	785
5.4.3.6.	Causalidade virtual	787
5.4.3.7.	A questão atual dos múltiplos nexos de imputação	787
6.	Teoria objetiva.....	788
6.1.	Teoria objetiva: contexto, bases conceituais e surgimento	788
6.2.	Teoria do risco criado: opção brasileira?.....	789
6.3.	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar	791
6.4.	A repartição de riscos: o risco concorrente	791
6.5.	Distinção importante: risco integral e risco agravado.....	792
6.6.	O risco de empresa ou do empreendimento.....	794
6.7.	A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	795
6.8.	As chamadas responsabilidades objetivas pura e a impura.....	795
6.9.	A securitização da responsabilidade civil: do individual ao social	796
7.	Responsabilidade civil pelo fato de outrem.....	797
7.1.	Introdução: um tema teoricamente rico e difícil	797
7.2.	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	798
7.2.1.	Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?.....	798
7.3.	Danos causados por filhos maiores	800
7.4.	A responsabilidade civil dos incapazes.....	801
7.5.	Responsabilidade dos tutores e curadores	803
7.6.	Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados	805

7.6.1.	O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	806
7.6.2.	Outras questões relevantes.....	806
7.6.3.	A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	807
7.7.	Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	808
7.7.1.	Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços.....	808
7.7.2.	Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	808
7.7.3.	A polêmica questão do direito de regresso.....	809
7.8.	Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	810
7.8.1.	Contextualização normativa e situações possíveis.....	810
7.8.1.1.	Danos causados a hóspedes.....	811
7.8.1.2.	Danos causados a empregados do hotel.....	811
7.8.1.3.	Danos causados a terceiros.....	812
7.9.	Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	812
8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	812
8.1.	Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	812
8.2.	Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	814
8.2.1.	Danos causados por animais nas rodovias.....	815
8.3.	Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	816
8.4.	Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	817
8.4.1.	A queda anônima.....	817
8.4.2.	Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	818
8.5.	Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	818
8.5.1.	A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos.....	819
8.5.2.	Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	820
8.5.3.	Outras situações possíveis.....	821
8.5.3.1.	Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	821
8.5.3.2.	Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	822
8.5.3.3.	O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	822

CONTRATOS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	825
--	-----

PARTE I DOS CONTRATOS EM GERAL

1. INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	827
1. O contrato e a Constituição Federal.....	827
1.1. A materialização dos contratos.....	827
1.2. A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	828
1.2.1. A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual.....	828
1.2.2. A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	828
1.2.3. A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	828
2. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	829
2.1. A evolução e o conceito do contrato.....	829
2.2. Localização do contrato no direito civil.....	830
2.3. O tempo do contrato – direito intertemporal.....	831
2. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	833
1. A formação dos contratos paritários.....	833

1.1.	Noções iniciais.....	833
1.2.	Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	834
1.2.1.	Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual	834
1.2.2.	Proposta e aceitação	835
1.2.2.1.	Força vinculante da proposta.....	836
1.2.2.2.	Circunstâncias do caso	836
1.2.3.	Aceitação.....	837
1.2.3.1.	A aceitação pelo silêncio.....	838
1.3.	Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	838
2.	A formação dos contratos massificados.....	839
2.1.	Oferta nos contratos civis de adesão.....	839
2.2.	Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	839
2.3.	Formação do contrato eletrônico.....	840
3.	Contrato preliminar	841
3.1.	Noções gerais.....	841
3.2.	Regime jurídico.....	842
3.2.1.	Execução e cláusula de arrependimento.....	842
3.2.2.	Contrato preliminar unilateral.....	843
3.3.	A promessa de doação.....	843
3.4.	A eficácia real do contrato preliminar	844
3.5.	O contrato preliminar impróprio.....	844
3.	A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL	846
1.	Noções iniciais.....	846
2.	O princípio da autonomia privada.....	846
2.1.	Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	846
2.2.	A autonomia contratual e a autonomia existencial	847
2.3.	A nova força obrigatória dos contratos	848
2.3.1.	O papel da lei.....	848
2.3.2.	O papel do juiz.....	849
3.	O princípio da boa-fé objetiva.....	849
3.1.	A boa-fé – histórico	849
3.2.	Noções preliminares.....	849
3.3.	A boa-fé como modelo no Código Civil	850
3.4.	Os deveres de conduta.....	851
3.4.1.	A função integrativa da boa-fé.....	851
3.4.2.	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	851
3.4.3.	As funções dos deveres de conduta.....	852
3.4.4.	Violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	853
3.5.	A boa-fé e o abuso do direito	853
3.5.1.	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	854
3.5.2.	Categorias de exercícios abusivos do direito	854
3.5.2.1.	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial	854
3.5.2.2.	Desleal não exercício de direitos: <i>venire contra factum proprium; supressio e surrectio</i>	855
3.5.2.3.	Desleal constituição de direitos – <i>tu quoque</i>	856
3.5.2.4.	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – <i>Duty to mitigate the own loss</i>	856
3.6.	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	857
3.7.	A boa-fé objetiva e a pandemia.....	857
4.	A função social do contrato.....	858
4.1.	A funcionalização do negócio jurídico.....	858
4.2.	A função social do contrato como causa do negócio jurídico	859
4.3.	A função social interna do contrato	859
4.4.	A função social externa do contrato.....	860

4.4.1.	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais	860
4.4.2.	O terceiro ofendido.....	861
4.4.3.	O terceiro ofensor.....	862
5.	Justiça contratual.....	863
5.1.	Noções gerais.....	863
5.2.	O equilíbrio contratual.....	864
5.2.1.	A lesão.....	864
5.2.2.	Da alteração das circunstâncias.....	865
5.2.3.	A cláusula de <i>hardship</i>	867
4.	CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	868
1.	Classificação estrutural dos contratos.....	868
1.1.	Categorias contratuais.....	868
1.2.	Classificações tradicionais.....	868
1.2.1.	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	868
1.2.2.	Contratos onerosos e gratuitos.....	869
1.2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	870
1.2.3.1.	Noções gerais.....	870
1.2.3.2.	A alienação aleatória	870
1.2.4.	Contratos consensuais e reais.....	871
1.2.5.	Contratos solenes e não solenes	872
1.2.6.	Contratos instantâneos e contratos de duração.....	872
1.2.7.	Contratos principais e acessórios.....	873
1.2.8.	Contratos <i>intuitu personae</i> e impessoais.....	873
2.	Classificação funcional dos contratos.....	873
2.1.	Classificações do contrato contemporâneo.....	873
2.2.	O contrato de consumo.....	874
2.2.1.	Os três sujeitos contratuais	874
2.2.2.	Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes	874
2.2.3.	Contratos empresariais.....	874
2.3.	O contrato de adesão.....	875
2.4.	As cláusulas contratuais gerais	876
2.4.1.	Noções gerais.....	876
2.4.2.	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	877
2.5.	O contrato-tipo	878
2.6.	Contratos coletivos e acordos normativos.....	878
2.7.	Contratos coativos e necessários.....	878
2.8.	O contrato relacional	879
2.9.	O contrato eletrônico.....	880
2.10.	Contratos cativos de longa duração.....	881
2.11.	Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	881
2.11.1.	A Lei nº 11.382/06 – do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	882
3.	Qualificação dos contratos.....	883
3.1.	Qualificação e classificação dos contratos.....	883
3.2.	Contratos típicos e atípicos	883
3.3.	Contratos mistos e coligados	884
3.4.	As redes contratuais.....	885
5.	DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO.....	887
1.	Introdução.....	887
2.	Os elementos estruturais do negócio jurídico	887
3.	A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	888
3.1.	A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	888
3.2.	O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos	889

3.3.	Interpretação dos negócios gratuitos.....	889
3.4.	Interpretação da declaração tácita de vontade.....	890
6.	RELATIVIDADE DOS CONTRATOS	891
1.	Estipulação em favor de terceiro	891
1.1.	Noções gerais.....	891
1.2.	Regime jurídico	892
1.3.	O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	892
2.	Promessa de fato de terceiro.....	893
3.	Contrato com pessoa a declarar	893
3.1.	Noções gerais.....	893
3.2.	Regime jurídico	894
7.	EFEITOS DOS CONTRATOS.....	896
1.	Vícios redibitórios	896
1.1.	Noções conceituais	896
1.2.	Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	897
1.3.	Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	897
1.4.	As ações edilícias.....	898
1.4.1.	Prazos decadenciais	899
1.5.	Os vícios redibitórios no CDC	900
2.	Evicção.....	901
2.1.	Noções conceituais	901
2.2.	Fundamentação jurídica da garantia.....	902
2.3.	Elementos da evicção.....	902
2.3.1.	Privação do direito do adquirente	902
2.3.2.	Preexistência do direito do terceiro.....	903
2.3.3.	Privação judicial ou extrajudicial.....	904
2.4.	Extensão da garantia	904
2.5.	A denúncia da lide	906
8.	EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	907
1.	Noções gerais.....	907
2.	Extinção pelo regular cumprimento.....	907
2.1.	Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	907
2.2.	Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa.....	908
3.	Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	908
4.	Extinção pela ineficácia	909
4.1.	A cláusula resolutiva expressa	909
4.2.	A cláusula de arrependimento	911
4.3.	Resilição	911
4.3.1.	Distrato ou resilição bilateral.....	911
4.3.2.	Resilição unilateral	912
4.4.	Rescisão.....	913
4.5.	Resolução.....	914
4.5.1.	Natureza da resolução.....	914
4.5.2.	A impossibilidade superveniente da prestação	915
4.5.3.	A extinção dos interesses objetivos do credor.....	916
4.5.3.1.	Inexecução voluntária	917
4.5.3.2.	Inexecução involuntária	917
4.5.4.	A violação positiva do contrato.....	917
4.5.5.	O adimplemento substancial.....	917
4.5.6.	O inadimplemento antecipado.....	918

4.5.7. O cumprimento dos deveres anexos pelo credor	919
4.6. A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	919
4.7. A resolução pela frustração do fim do contrato.....	922
4.8. Extinção por morte de um dos contratantes	922
5. A exceção de contrato não cumprido.....	922
5.1. Noções gerais.....	922
5.2. O risco de descumprimento	924

PARTE II DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

1. CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	927
1. Noções conceituais e natureza obrigacional.....	927
2. Classificação do contrato de compra e venda	928
3. Elementos essenciais da compra e venda.....	928
3.1. Generalidades	928
3.2. Consentimento.....	928
3.3. Preço.....	932
3.4. Coisa (objeto da compra e venda)	934
4. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	934
4.1. Contextualização	934
4.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção	935
4.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida	935
4.4. Responsabilidade pelas despesas	936
5. Situações especiais de compra e venda.....	936
5.1. Noções gerais.....	936
5.2. Venda por amostras	936
5.3. Venda ad corpus e venda <i>ad mensuram</i>	937
6. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda.....	939
6.1. Generalidades	939
6.2. Retrovenda	939
6.3. Venda a contento e venda sujeita à prova.....	940
6.4. Preempção ou preferência convencional.....	941
6.5. Reserva de domínio	943
6.6. Venda sobre documentos	944
2. CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA.....	946
1. Noções conceituais e elementos caracterizadores	946
2. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	947
3. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo)	947
4. Aplicação das regras da compra e venda.....	947
5. Permuta de bens públicos	948
3. CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO.....	949
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação	949
2. Elementos caracterizadores.....	949
3. Classificação	950
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	950
5. Inversão da teoria dos riscos	951
6. O desfazimento do contrato estimatário e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé.....	951
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário	951

4. CONTRATO DE DOAÇÃO	953
1. Generalidades sobre a doação.....	953
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	953
3. Classificação do contrato de doação	954
4. A promessa de doação.....	955
5. Elementos componentes do contrato de doação	955
5.1. O sujeito	955
5.2. O objeto.....	956
5.3. Mútuo consentimento	956
5.4. Forma.....	957
6. Vedações legais à doação	957
6.1. Noções gerais.....	957
6.2. Proibição de doação universal.....	957
6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	957
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	958
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente	958
7. Situações especiais de doação.....	958
7.1. Generalidades	958
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	958
7.3. Doação remuneratória	960
7.4. Doação mista	960
7.5. Doação contemplativa ou meritória.....	960
7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	960
7.7. Doação de ascendente para descendente.....	960
7.8. Doação para entidade futura	961
7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i>)	961
8. Doação de bens públicos.....	961
9. Revogação da doação.....	962
9.1. A extinção da doação.....	962
9.2. A revogação da doação	962
9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	963
9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	963
9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	964
5. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....	966
1. Noções conceituais sobre empréstimo como uma figura contratual	966
2. O comodato	966
2.1. Noções conceituais	966
2.2. Elementos caracterizadores do comodato.....	967
2.3. Prazo do empréstimo	968
2.4. Classificação do comodato	969
2.5. Promessa de comodato (pactum de commodando)	969
2.6. Obrigações do comodatário	969
2.7. Obrigações do comodante.....	970
2.8. Comodato de bem público.....	970
2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato	970
2.10. Extinção do comodato.....	971
3. O mútuo	971
3.1. Noções conceituais	971
3.2. Elementos caracterizadores do mútuo.....	971
3.3. Capacidade das partes envolvidas	972
3.4. Classificação do mútuo.....	972

3.5. Prazo do contrato de mútuo.....	972
3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício)	973
3.7. Extinção.....	974
6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	975
1. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características.....	975
2. Classificação do contrato de prestação de serviços	976
3. Objeto da prestação de serviços	976
4. Remuneração do prestador de serviços.....	977
4.1. Generalidades	977
4.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	978
4.3. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	978
5. Prazo de duração da prestação de serviços.....	978
6. Aliciamento do prestador de serviços.....	979
7. Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	980
8. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação.....	980
7. CONTRATO DE EMPREITADA	982
1. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	982
1.1. Conceito.....	982
1.2. O objeto da empreitada	983
1.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	983
2. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro	983
3. Espécies de empreitada	984
3.1. Generalidades	984
3.2. Empreitada de labor ou de mão de obra.....	984
3.3. Empreitada de materiais ou mista.....	985
3.4. Empreitada por administração	985
3.5. <i>Engineering</i>	985
4. O preço da empreitada	985
4.1. Noções gerais sobre o preço.....	985
4.2. Espécies de empreitada em relação ao preço	986
5. O recebimento da obra.....	986
6. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro	987
6.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário	987
6.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista	988
6.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	988
7. Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	989
8. Suspensão do contrato de empreitada	989
9. Extinção do contrato de empreitada	990
8. CONTRATO DE DEPÓSITO	992
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	992
2. Classificação do contrato de depósito	993
3. Objeto do depósito.....	994
4. Espécies de depósito.....	995
5. Aplicação da teoria dos riscos.....	996
6. Obrigações das partes	996
6.1. Obrigações do depositante.....	996
6.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	996
7. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	997

9. CONTRATO DE MANDATO.....	999
1. Noções conceituais e características fundamentais.....	999
2. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	999
3. Classificação do contrato de mandato.....	1000
4. Objeto do contrato de mandato.....	1002
5. Sujeitos do contrato de mandato.....	1002
5.1. Generalidades.....	1002
5.2. Mandato conjunto ou simultâneo.....	1002
5.3. Responsabilidade solidária no mandato.....	1003
6. O substabelecimento.....	1003
7. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1004
7.1. Obrigações do mandante.....	1004
7.2. Obrigações do mandatário.....	1004
7.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	1005
8. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	1005
9. Espécies de mandato.....	1006
10. Irrevogabilidade do mandato.....	1006
11. Mandato em causa própria.....	1007
12. Extinção do contrato de mandato.....	1007
10. CONTRATO DE CORRETAGEM.....	1009
1. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas.....	1009
2. Classificação.....	1010
3. Espécies de corretagem.....	1011
4. A remuneração do corretor.....	1012
5. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?.....	1014
6. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem.....	1014
11. CONTRATO DE LOCAÇÃO.....	1016
1. Campo de incidência do Código Civil.....	1016
2. Elementos contratuais.....	1017
2.1. Cessão do uso e gozo.....	1017
2.2. Coisa infungível.....	1018
2.3. Retribuição (aluguel).....	1018
2.4. Temporariedade (prazo).....	1019
3. Natureza jurídica.....	1020
4. Obrigações dos contratantes.....	1020
4.1. Obrigações do locador.....	1020
4.2. Obrigações do locatário.....	1023
4.3. Despejo e pandemia.....	1023
5. Extinção da locação.....	1023
5.1. Extinção da locação com prazo.....	1023
5.2. Extinção da locação sem prazo.....	1024
5.3. Extinção pela venda do bem locado.....	1025
5.4. Extinção pelo inadimplemento.....	1026
5.5. Extinção pela morte de uma das partes.....	1027
12. CONTRATO DE FIANÇA.....	1028
1. Noções gerais do contrato de fiança.....	1028
2. Características primordiais.....	1029
3. Regramento da fiança.....	1031

4. Eficácia da fiança.....	1032
5. Extinção da fiança.....	1035
5.1. Decurso do prazo e exoneração do fiador.....	1035
5.2. Morte do fiador.....	1035
5.3. Causas imputáveis ao credor.....	1035
5.4. Causas extintivas diretas genéricas.....	1037
5.5. Causas extintivas indiretas.....	1037
13. A LEI N. 15.040/2024 E A NOVA DISCIPLINA DOS SEGUROS NO BRASIL	1039

REAIS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1043
1. DIREITOS REAIS.....	1045
1. Conceito.....	1045
2. Características fundamentais dos direitos reais	1045
2.1. Absolutismo.....	1045
2.2. Sequela.....	1046
2.3. Preferência.....	1046
2.4. Taxatividade.....	1047
3. A relação jurídica de direito real.....	1048
4. Classificação	1049
5. Obrigações propter rem.....	1049
2. POSSE	1052
1. Breve histórico da posse.....	1052
2. Teorias e definição da posse.....	1052
2.1. Teoria subjetiva (clássica) de Savigny.....	1052
2.2. Teoria objetiva de <i>Ihering</i>	1053
2.3. Definição da posse.....	1053
3. Natureza da posse	1053
4. A função social da posse e o direito de moradia.....	1055
4.1. Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana.....	1055
4.2. A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada).....	1056
4.3. A legitimação da posse	1059
4.4. A posse e os conflitos multitudinários.....	1061
4.4.1. A tensão entre posse e propriedade.....	1061
4.4.2. Intervenção do Ministério Público	1061
4.4.3. As invasões coletivas.....	1062
4.4.4. As ocupações coletivas	1063
5. Objeto da posse.....	1063
6. Desdobramento da posse	1064
7. Composse.....	1066
8. Detenção	1066
9. Classificação da posse.....	1070
9.1. Vícios objetivos da posse.....	1070
9.2. Vício subjetivo da posse.....	1071
10. Intersessão (convalescimento) da posse	1072
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte.....	1073

11.1. Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis.....	1073
11.1.1. Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária.....	1073
11.1.2. Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade.....	1075
11.1.2.1. A aquisição da posse coletiva.....	1075
11.1.2.2. Aquisição titulada da posse de bens públicos.....	1075
11.2. Conclusão.....	1077
12. Efeitos.....	1077
12.1. Direito aos frutos.....	1077
12.2. Responsabilidade civil do possuidor.....	1078
12.3. Direito às benfeitorias.....	1078
12.3.1. Noções gerais.....	1079
12.3.2. As benfeitorias e a posse.....	1079
12.3.3. As benfeitorias e o direito de retenção.....	1080
12.3.4. As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais.....	1080
12.4. Direito à usucapião.....	1081
12.5. Ações possessórias.....	1081
12.5.1. Fundamento da proteção possessória.....	1081
12.5.2. A tutela jurisdicional da posse.....	1082
12.5.3. As ações possessórias em espécie.....	1083
12.5.3.1. Reintegração de posse.....	1084
12.5.3.2. Manutenção de posse.....	1086
12.5.3.3. Interdito proibitório.....	1086
12.5.3.4. Autoexecutoriedade.....	1087
12.5.4. Aspectos processuais das ações possessórias.....	1087
12.5.4.1. Aspectos gerais.....	1087
12.5.4.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos.....	1090
12.5.4.2.1. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força Velha”.....	1090
12.5.4.2.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força nova”.....	1093
12.5.4.3. Natureza dúplice das possessórias.....	1093
12.5.4.4. Fungibilidade das possessórias.....	1093
12.5.4.5. Cumulação de pedidos.....	1094
12.5.4.6. Competência para processar e julgar a ação possessória.....	1095
12.6. A tutela da posse por outros mecanismos.....	1095
12.6.1. Imissão de posse.....	1095
12.6.2. Ação de nunciação de obra nova.....	1096
3. PROPRIEDADE.....	1097
1. Breve histórico da propriedade.....	1097
2. Propriedade e domínio.....	1098
3. Da propriedade às propriedades.....	1099
3.1. Propriedades <i>versus</i> propriedades.....	1099
3.2. A propriedade intelectual.....	1099
3.3. A multipropriedade.....	1100
4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade.....	1101
5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial.....	1101
6. Estrutura do direito de propriedade.....	1102
6.1. Faculdade de usar.....	1102
6.2. Faculdade de gozar.....	1103
6.3. Faculdade de dispor.....	1103
6.4. Faculdade de reivindicar.....	1103
7. Principais atributos da propriedade.....	1104
7.1. Exclusividade.....	1104
7.2. Perpetuidade.....	1104

7.3. Elasticidade e consolidação.....	1105
8. Função social das propriedades.....	1105
8.1. Generalidades.....	1106
8.2. Noção de função social.....	1106
8.3. A propriedade como direito subjetivo com função social.....	1106
8.4. A propriedade como relação jurídica complexa.....	1107
8.5. Função social da propriedade urbana.....	1107
8.6. Função social da propriedade rural.....	1108
8.7. Função social das diversas propriedades.....	1110
8.8. Síntese.....	1111
9. A extensão das faculdades da propriedade.....	1111
10. Da descoberta.....	1112
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária.....	1113
11.1. Registro.....	1113
11.1.1. Princípios regentes.....	1113
11.1.2. Da relação obrigacional para a eficácia real.....	1113
11.1.3. Aproximação entre o título e o modo.....	1114
11.1.4. Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	1115
11.1.5. Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP) - Lei n. 14.382/22.....	1116
11.1.6. Função social registral.....	1117
11.1.7. Atributos do registro.....	1117
11.1.8. Distinções terminológicas.....	1123
11.1.9. O Ato Notarial Eletrônico, a Matrícula Notarial Eletrônica e a assinatura digital: A propriedade digital e o registro público no século XXI.....	1123
11.2. Usucapião.....	1125
11.2.1. Breve histórico.....	1125
11.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	1125
11.2.3. Requisitos da usucapião.....	1126
11.2.3.1. Requisitos pessoais.....	1126
11.2.3.2. Requisitos reais.....	1127
11.2.3.3. Requisitos formais.....	1129
11.2.3.3.1. A Lei 14.010/2020 e a usucapião.....	1129
11.2.4. Usucapião extraordinária.....	1130
11.2.5. Usucapião ordinária.....	1131
11.2.5.1. Justo título.....	1132
11.2.5.2. Boa-fé.....	1133
11.2.6. Usucapião tabular.....	1133
11.2.7. Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária.....	1133
11.2.8. Usucapião especial (urbana).....	1134
11.2.9. Usucapião urbana coletiva.....	1135
11.2.10. Usucapião urbana administrativa.....	1137
11.2.11. Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos – alterada pela Lei 13.465/17).....	1138
11.2.12. Usucapião rural.....	1140
11.2.13. Usucapião indígena.....	1141
11.2.14. Usucapião especial do artigo 68 do ADCT.....	1141
11.2.15. Usucapião pró-família.....	1141
11.2.16. Questões procedimentais e processuais da usucapião.....	1143
11.2.17. Usucapião como defesa.....	1145
11.3. Acessão.....	1146
11.3.1. Acessão natural.....	1146
11.3.2. Acessão artificial – construções e plantações.....	1147
11.3.2.1. Aspectos gerais.....	1147
11.3.2.2. A tensão entre a propriedade e a posse.....	1148
11.3.2.3. A desapropriação no interesse privado.....	1149

11.4. Legitimação fundiária.....	1150
12. Modos de perda da propriedade	1152
12.1. Alienação.....	1152
12.2. Renúncia.....	1152
12.3. Abandono.....	1153
12.4. Perecimento.....	1154
12.5. Desapropriação	1154
13. Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1155
13.1. Ocupação.....	1155
13.2. Achado do tesouro.....	1155
13.3. Especificação	1156
13.4. Confusão, comissão e adjunção.....	1156
13.5. Usucapião.....	1157
13.6. Tradição.....	1158
14. Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i>	1159
15. A propriedade aparente.....	1160
15.1. A fragmentação do direito de propriedade.....	1160
15.2. O significado da propriedade aparente.....	1160
15.3. Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade.....	1160
16. Propriedade fiduciária	1161
16.1. Noções introdutórias.....	1161
16.2. Conceito, elementos e natureza jurídica.....	1162
16.3. Constituição da propriedade fiduciária.....	1162
16.4. Características da propriedade fiduciária	1163
16.5. O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil	1165
16.6. A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69	1166
16.7. O fim da prisão civil do depositário infiel.....	1168
16.8. A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17) e as questões do Marco Legal das Garantias (Lei n. 14.711/2023).....	1168
16.9. A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil.....	1177
16.10. Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	1178
17. Propriedade superficiária	1178
17.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1178
17.2. Conteúdo do direito de superfície	1179
17.3. Superfície e a laje	1181
17.4. O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	1182
17.5. Extinção do direito de superfície	1183
17.6. A superfície e outros modelos jurídicos.....	1184
18. A Laje	1185
18.1. Conceito e noções fundamentais.....	1185
18.2. As espécies de laje.....	1186
4. DIREITOS DE VIZINHANÇA	1188
1. Noções gerais.....	1188
2. Uso anormal da propriedade.....	1189
2.1. Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	1189
2.2. Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	1189
2.3. Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito)	1190
3. Árvores limítrofes.....	1190
4. Passagem forçada.....	1191
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	1191

6. Das águas.....	1192
7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	1193
8. Direito de construir.....	1195
8.1. O direito de construir e a função social da propriedade.....	1195
8.2. O direito de construir no Código Civil.....	1196
5. CONDOMÍNIO	1198
1. Noções gerais.....	1198
2. Condomínio ordinário.....	1199
2.1. Classificação.....	1199
2.2. Conteúdo da cotitularidade.....	1199
2.3. Exercício da cotitularidade.....	1200
2.4. Extinção do condomínio voluntário.....	1201
2.5. Administração do condomínio.....	1203
2.6. Condomínio necessário.....	1203
3. Condomínio edilício.....	1204
3.1. Noções gerais.....	1204
3.2. Natureza jurídica.....	1205
3.3. Elementos constitutivos.....	1206
3.3.1. Convenção de condomínio.....	1207
3.3.2. Regimento interno.....	1208
3.4. Direitos dos condôminos.....	1208
3.5. Deveres dos condôminos.....	1210
3.6. As sanções punitivas condominiais.....	1212
3.7. O inadimplemento condominial.....	1214
3.8. Administração do condomínio.....	1215
3.8.1. Síndico.....	1215
3.8.2. Assembleia geral.....	1216
3.8.3. Conselho fiscal.....	1217
3.9. Extinção do condomínio edilício.....	1218
3.10. O condomínio e o direito real de laje.....	1218
4. Condomínio de casas.....	1219
5. O condomínio de lotes.....	1220
5.1. Os “loteamentos fechados”.....	1220
5.2. Os condomínios de lotes.....	1221
5.3. O loteamento de acesso controlado.....	1221
6. o Condomínio em Multipropriedade.....	1222
6.1. Noções Gerais.....	1222
6.2. A regulamentação jurídica do Condomínio Multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	1223
7. Os fundos de investimento.....	1225
6. DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA.....	1229
1. Introdução.....	1229
2. A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	1229
3. Direitos reais de fruição.....	1230
3.1. Enfitese.....	1230
3.1.1. Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	1230
3.1.2. Noções gerais.....	1230
3.1.3. Objeto.....	1230
3.1.4. Modos de aquisição.....	1231
3.1.5. Conteúdo.....	1231
3.1.6. Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	1232
3.1.7. Peculiaridades.....	1233

3.2.	Servidão	1233
3.2.1.	Breve histórico	1233
3.2.2.	Conceito e natureza jurídica.....	1233
3.2.3.	Distinções necessárias.....	1234
3.2.4.	Classificação.....	1235
3.2.5.	Modos de constituição.....	1236
3.2.6.	Exercício.....	1236
3.2.7.	Extinção	1238
3.2.8.	Tutela processual das servidões	1239
3.3.	Usufruto	1239
3.3.1.	Conceito e características.....	1239
3.3.2.	Distinções necessárias.....	1240
3.3.3.	Objeto.....	1240
3.3.4.	Modos de constituição.....	1241
3.3.5.	Direitos do usufrutuário.....	1243
3.3.6.	Obrigações do usufrutuário.....	1245
3.3.7.	Extinção	1246
3.4.	Direito real de uso.....	1249
3.4.1.	O modelo do Código Civil.....	1249
3.4.2.	A concessão de direito real de uso	1249
3.4.3.	Concessão de uso especial para fins de moradia.....	1250
3.5.	Direito real de habitação	1250
4.	Direitos reais de garantia.....	1251
4.1.	Teoria geral.....	1252
4.1.1.	Características dos direitos reais de garantia	1252
4.1.2.	Princípios básicos dos direitos de garantia	1255
4.1.3.	Distinção entre direitos de garantia e de gozo.....	1255
4.2.	Penhor.....	1255
4.2.1.	Noções introdutórias	1255
4.2.2.	Características do penhor	1256
4.2.3.	Direitos e obrigações do credor pignoratício.....	1256
4.2.4.	Extinção do penhor.....	1257
4.2.5.	Modalidades de penhor	1258
4.2.5.1.	Penhor rural	1258
4.2.5.2.	Penhor industrial e mercantil	1260
4.2.5.3.	Penhor de direitos e títulos de crédito.....	1260
4.2.5.4.	Penhor de veículos	1261
4.2.5.5.	Penhor legal.....	1262
4.3.	Hipoteca.....	1263
4.3.1.	Noções gerais	1264
4.3.2.	Modalidades de hipoteca	1265
4.3.2.1.	Hipoteca convencional	1265
4.3.2.2.	Hipoteca legal	1268
4.3.2.3.	Hipoteca judiciária	1269
4.3.2.4.	Hipotecas especiais	1269
4.3.2.5.	Hipoteca cedular.....	1270
4.3.3.	Remição da hipoteca.....	1271
4.3.4.	Extinção da hipoteca.....	1272
4.4.	Anticrese.....	1273
5.	Direito real à aquisição – promessa de compra e venda.....	1274
5.1.	Noções gerais.....	1274
5.2.	A promessa como contrato preliminar	1275
5.2.1.	Noções gerais	1275
5.2.2.	Eficácia obrigacional	1275

5.2.3. A eficácia real do contrato preliminar.....	1277
5.2.4. O contrato preliminar impróprio.....	1278
5.2.5. A adjudicação compulsória extrajudicial – Lei 14.382/22.....	1279
5.3. A promessa de compra e venda no universo dos direitos reais.....	1280
5.4. Noções gerais acerca da extinção da promessa de compra e venda à luz da Lei n. 13.786/18.....	1281

FAMÍLIA

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	1283
1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	1285
1. As famílias.....	1285
1.1. A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	1285
1.2. A família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	1286
2. O direito das famílias.....	1287
2.1. Noções conceituais.....	1287
2.2. Estrutura do direito das famílias.....	1287
2.3. Objeto de estudo do direito das famílias.....	1287
2.4. A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias.....	1288
2.5. A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo).....	1288
2.6. A privacidade familiar.....	1289
3. Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea.....	1289
4. Fontes do direito das famílias.....	1289
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	1290
5.1. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	1290
5.2. A não taxatividade do rol constitucional.....	1290
5.3. Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	1291
5.3.1. Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	1291
5.3.2. Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher.....	1295
5.3.3. Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	1295
5.3.4. Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	1296
5.3.5. Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	1298
6. A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	1299
7. A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	1300
7.1. A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	1300
7.2. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	1300
8. A função social da família.....	1301
9. Responsabilidade civil no direito das famílias.....	1302
10. a perda de uma chance nas relações de família.....	1303
2. O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA).....	1305
1. Uma visão constitucional do casamento.....	1305
2. Estrutura jurídica do casamento.....	1305
2.1. Noções conceituais.....	1305
2.2. Finalidades do casamento.....	1306
2.3. Natureza jurídica do casamento.....	1306

2.4.	Características do casamento.....	1307
2.5.	Prova do casamento.....	1308
2.6.	Os esponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	1308
2.7.	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	1309
2.8.	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	1309
2.9.	Impedimentos matrimoniais.....	1310
2.9.1.	Noções conceituais.....	1310
2.9.2.	Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	1310
2.9.3.	Classificação dos impedimentos.....	1311
2.9.4.	Impedimentos resultantes do parentesco.....	1311
2.9.5.	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	1312
2.9.6.	Impedimento resultante da prática de crime.....	1312
2.10.	Causas suspensivas matrimoniais.....	1312
2.10.1.	Noções conceituais.....	1312
2.10.2.	Oposição das causas suspensivas.....	1312
2.10.3.	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	1313
2.10.4.	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	1313
2.10.5.	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	1313
2.10.6.	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	1313
2.11.	A habilitação para o casamento.....	1314
2.11.1.	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	1314
2.11.2.	A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	1314
2.11.3.	O procedimento de habilitação e as suas fases.....	1315
2.12.	Casamento de militares.....	1316
2.13.	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	1316
2.14.	Contrato de emprego entre cônjuges.....	1316
3.	Existência, validade e eficácia do casamento.....	1317
3.1.	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	1317
3.2.	A existência do casamento.....	1317
3.3.	A validade do casamento.....	1318
3.3.1.	Generalidades.....	1318
3.3.2.	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	1318
3.3.3.	O casamento anulável (invalidade relativa).....	1319
3.3.4.	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	1320
3.3.5.	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	1321
3.3.6.	O casamento putativo.....	1321
4.	Celebração do casamento.....	1322
4.1.	Noções gerais.....	1322
4.2.	Formalidades da celebração.....	1322
4.3.	O momento da celebração.....	1323
4.4.	O casamento consular.....	1323
4.5.	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	1324
4.6.	Conversão da união estável em casamento.....	1324
4.7.	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	1325
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	1326
5.1.	Generalidades.....	1326
5.2.	Efeitos sociais.....	1327
5.3.	Efeitos pessoais.....	1327
5.3.1.	Noções gerais.....	1327
5.3.2.	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	1327
5.3.3.	Fixação do domicílio conjugal.....	1328
5.3.4.	Os direitos e deveres recíprocos.....	1328

5.4. Efeitos patrimoniais.....	1329
5.5. A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	1330
5.6. As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	1330
3. O REGIME DE BENS DO CASAMENTO.....	1332
1. O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	1332
1.1. Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	1332
1.2. A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	1332
2. Lineamentos sobre o regime de bens.....	1333
2.1. Noções conceituais sobre o regime de bens.....	1333
2.2. Princípios norteadores do regime de bens.....	1333
2.2.1. Generalidades.....	1333
2.2.2. A liberdade de escolha do regime de bens.....	1333
2.2.3. Variedade do regime de bens.....	1336
2.2.4. Mutabilidade motivada do regime de bens.....	1337
2.3. Eficácia do regime de bens no casamento.....	1339
2.4. Regime de bens na união estável.....	1339
3. A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	1340
3.1. A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	1340
3.2. Atos que independem do consentimento do consorte.....	1340
3.3. A proteção dos terceiros de boa-fé.....	1341
3.4. Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	1341
3.4.1. A exigência de consentimento para determinados atos.....	1341
3.4.2. (In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	1342
3.4.3. Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens.....	1343
3.4.4. Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	1343
3.4.5. A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge.....	1343
3.4.6. Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	1344
4. O pacto antenupcial.....	1344
4.1. Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	1344
4.2. Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	1345
4.3. Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade.....	1345
4.4. Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos.....	1346
5. Os diferentes regimes de bens.....	1346
5.1. Generalidades.....	1346
5.2. O regime de comunhão parcial de bens.....	1346
5.3. O regime de comunhão universal de bens.....	1348
5.4. O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	1349
5.5. O regime de participação final nos aquestos.....	1350
4. A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO).....	1351
1. Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado.....	1351
2. A dissolução do casamento.....	1352
2.1. Escorço histórico evolutivo da dissolução do casamento.....	1352
2.2. O sistema unificado de dissolução do casamento.....	1352
2.3. A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	1354
2.4. A importância da separação de fato como um instrumento idóneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	1354
2.5. A dissolução do casamento pela morte.....	1355
2.6. A morte presumida como causa dissolutória do casamento.....	1355

3.	O divórcio.....	1356
3.1.	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	1356
3.2.	Noções conceituais.....	1357
3.3.	Requisito constitucional único para o divórcio.....	1357
3.4.	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	1358
3.5.	Superação do regime diferenciado do divórcio.....	1358
3.6.	O divórcio litigioso e o divórcio consensual.....	1358
3.7.	O divórcio consensual.....	1359
3.7.1.	Generalidades.....	1359
3.7.2.	O divórcio consensual em juízo.....	1359
3.7.3.	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo).....	1360
3.8.	O divórcio litigioso.....	1361
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio.....	1361
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio.....	1363
5.1.	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015.....	1363
5.2.	Outras controvérsias patrimoniais relevantes.....	1364
5.	A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL).....	1366
1.	Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	1366
2.	Esforço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira.....	1367
3.	A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias.....	1368
3.1.	A união livre e a sociedade de fato.....	1368
3.2.	O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	1368
3.3.	A união estável.....	1369
3.4.	O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	1370
4.	Elementos caracterizadores da união estável.....	1370
4.1.	Noções gerais.....	1370
4.2.	O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família).....	1371
4.3.	A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas).....	1371
4.4.	A estabilidade.....	1372
4.5.	A continuidade.....	1372
4.6.	A publicidade.....	1372
4.7.	A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas.....	1373
4.8.	A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	1373
5.	Efeitos pessoais da união estável.....	1375
5.1.	As relações pessoais entre os companheiros.....	1375
5.2.	Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação.....	1375
5.3.	Direito ao uso do sobrenome do companheiro.....	1376
5.4.	Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	1376
5.5.	Adoção por companheiros.....	1376
5.6.	Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	1377
5.7.	Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	1377
5.8.	A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	1377
5.9.	Enquadramento como herdeiro necessário.....	1378
5.10.	Impedimento para testemunhar.....	1378
6.	Efeitos patrimoniais.....	1378
6.1.	As consequências econômicas da união estável.....	1378
6.2.	O regime de bens e o direito à meação.....	1378
6.3.	O contrato de convivência na união estável e seus efeitos.....	1380
6.3.1.	Contornos gerais do contrato de convivência.....	1380

6.3.2.	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	1381
6.3.3.	Eficácia do pacto convivencial.....	1381
6.3.4.	Conteúdo.....	1381
6.3.5.	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	1382
6.3.6.	O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	1382
6.4.	Alimentos na união estável.....	1383
6.5.	Direito aos benefícios previdenciários.....	1383
6.6.	Efeitos tributários.....	1383
6.7.	Impenhorabilidade do bem de família.....	1383
7.	Conversão da união estável em casamento.....	1384
8.	Aspectos processuais da união estável.....	1385
9.	Ações típicas da união estável.....	1385
6.	O PARENTESCO.....	1387
1.	Noções conceituais sobre o parentesco.....	1387
1.1.	O vínculo parental: linhas e graus.....	1388
1.2.	Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco.....	1389
2.	As espécies de parentesco.....	1390
2.1.	Espécies de parentesco.....	1390
2.2.	O parentesco por afinidade.....	1390
2.3.	O parentesco e a obrigação alimentar.....	1391
7.	A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS.....	1393
1.	A filiação à luz do direito civil-constitucional.....	1393
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	1393
2.1.	Noções conceituais sobre a filiação.....	1393
2.2.	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	1394
2.3.	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel”).....	1395
2.4.	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	1395
2.5.	O parto anônimo (“roda dos enjeitados”) e a questão filiatória.....	1397
2.6.	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente.....	1398
3.	Critérios determinantes da filiação.....	1398
3.1.	Generalidades.....	1398
3.2.	Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>).....	1399
3.2.1.	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	1399
3.2.2.	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	1399
3.2.3.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual).....	1400
3.2.4.	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	1400
3.2.5.	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade).....	1403
3.3.	Critério biológico (exame DNA).....	1404
3.4.	Critério afetivo (a filiação socioafetiva).....	1404
3.5.	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	1405
3.6.	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	1406
4.	O reconhecimento de filhos.....	1407
4.1.	O reconhecimento voluntário de filhos.....	1407
4.2.	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa.....	1409
4.3.	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	1409
4.3.1.	Generalidades.....	1409
4.3.2.	Legitimidade ativa.....	1411
4.3.3.	Legitimidade passiva.....	1412
4.3.4.	Litisconsórcio.....	1413
4.3.5.	Competência.....	1413

4.3.6.	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	1413
4.3.7.	A prova nas ações investigatórias de parentalidade.....	1414
4.3.8.	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família..	1415
4.3.9.	A coisa julgada nas ações filiatórias	1415
8.	A GUARDA DE FILHOS	1417
1.	A guarda em visão conforme a Constituição.....	1417
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	1417
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	1418
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	1420
5.	A guarda compartilhada	1420
5.1.	Noções gerais sobre a guarda compartilhada	1420
5.2.	Crítérios para o seu compartilhamento da guarda	1420
5.3.	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado	1421
5.4.	A questão da guarda compartilhada quando houver violência.....	1422
6.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral	1423
9.	OS ALIMENTOS.....	1424
1.	Os alimentos na visão civil-constitucional.....	1424
2.	Noções gerais sobre os alimentos.....	1424
2.1.	Noções conceituais e natureza jurídica.....	1424
2.2.	Características	1425
2.2.1.	Caráter personalíssimo	1425
2.2.2.	Irrenunciabilidade.....	1426
2.2.3.	Atualidade	1426
2.2.4.	Futuridade.....	1426
2.2.5.	Imprescritibilidade.....	1427
2.2.6.	(In)Transmissibilidade	1427
2.2.7.	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	1428
2.2.8.	Irrepetibilidade.....	1429
2.2.9.	Incompensabilidade.....	1430
2.2.10.	Impenhorabilidade	1430
2.3.	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	1430
2.3.1.	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar	1430
2.3.2.	Alimentos entre cônjuges.....	1430
2.3.3.	Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável).....	1431
2.3.4.	Alimentos decorrentes do parentesco.....	1432
2.3.5.	Alimentos prestados em favor do nascituro (os alimentos gravídicos)	1432
2.4.	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	1433
2.5.	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	1433
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos)	1433
3.1.	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	1433
3.2.	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	1434
3.3.	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	1434
3.4.	Alimentos transitórios.....	1435
4.	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	1435
5.	A prisão civil do devedor de alimentos.....	1436
6.	A execução dos alimentos pretéritos.....	1437
7.	A prestação de contas em alimentos	1437

10. A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA)	1439
1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	1439
2. A tutela.....	1440
2.1. A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10).....	1440
2.2. Noções conceituais sobre a tutela.....	1440
2.3. Modalidades de tutela	1441
2.4. Manifestação de vontade do tutelado	1442
2.5. Incapacidade para a tutela.....	1442
2.6. Escusa dos tutores.....	1442
2.7. Garantia da tutela.....	1443
2.8. O protutor.....	1443
2.9. Exercício da tutela	1443
2.9.1. Generalidades.....	1443
2.9.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	1444
2.9.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	1444
2.10. Responsabilidade judicial na tutela.....	1445
2.11. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro)....	1445
2.12. Prestação de contas.....	1445
2.13. Extinção da tutela.....	1446
3. A curatela	1446
3.1. Noções conceituais sobre a curatela	1446
3.2. O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	1447
3.3. Espécies de curatela: as hipóteses de incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência	1448
3.4. A curatela especial do nascituro.....	1450
3.5. As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	1450
3.6. A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência)	1452
3.7. Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades	1452
3.8. O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1453
3.8.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do curatelando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1453
3.8.2. A ação de curatela.....	1453
3.8.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1458
11. A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO.....	1459
1. Uma visão constitucional da adoção.....	1459
2. Generalidades sobre a adoção.....	1460
2.1. Noções conceituais	1460
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos	1460
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1461
2.4. O estágio de convivência	1462
2.5. Legitimidade para a adoção	1462
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1463
2.7. A adoção pelo par homoafetivo.....	1464
2.8. A adoção “à brasileira”.....	1464
2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões.....	1465
2.10. A adoção póstuma.....	1465
2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção.....	1466
2.12. Efeitos jurídicos da adoção.....	1466
2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção	1467
2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretroatividade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal	1467

3. Aspectos processuais da adoção	1468
3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção	1468
3.2. Competência	1468
3.3. A atuação do Ministério Público.....	1469
3.4. O cadastro e o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção.....	1469
3.5. A sentença no procedimento de adoção	1469

SUCESSÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1471
---	------

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES..... 1473

1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico	1473
2. Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial	1474
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas	1474
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais	1474
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório	1476
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	1476
2.5. Contas bancárias conjuntas.....	1476
2.6. Seguro de vida.....	1477
3. O direito das sucessões.....	1477
3.1. A sucessão na perspectiva constitucional.....	1477
3.2. A função social da sucessão	1478
3.3. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	1478
4. Terminologias essenciais	1478
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i>	1478
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário.....	1478
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	1479
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários).....	1479
4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	1480
4.6. Herdeiro universal.....	1481
4.7. Herança e espólio.....	1481
4.8. Herança e meação	1481
4.9. Herança e a aceitação com benefício de inventário.....	1482
4.10. Inventário e partilha.....	1482
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões	1483
6. O planejamento sucessório	1483

2. ELEMENTOS GENÉRICOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES (A SUCESSÃO EM GERAL)..... 1485

1. Linhas gerais sobre a morte.....	1485
1.1. Sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte.....	1485
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro.....	1486
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência).....	1486
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>).....	1487
1.5. A comoriência.....	1488
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	1489
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	1490
2.1. A abertura da sucessão	1490
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>).....	1491
2.2.1. Generalidades.....	1491
2.2.2. Fixação da norma material sucessória	1491

2.2.3. Verificação da legitimação sucessória	1492
2.2.4. Cálculo da legítima.....	1492
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário	1493
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder	1494
3.1. Sobre a legitimação sucessória	1494
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	1494
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	1495
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	1496
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária	1497
4. A indignidade e a deserdação	1499
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação	1499
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação.....	1499
4.3. A questão do reconhecimento judicial.....	1499
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação	1501
4.5. O indigno ou deserdado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	1501
4.6. A indignidade	1501
4.6.1. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	1501
4.6.2. Hipóteses de cabimento	1502
4.6.3. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido).....	1504
4.7. A deserdação	1505
4.7.1. Pressupostos da deserdação	1505
4.7.2. Causas deserdativas dos herdeiros necessários	1505
4.7.3. A deserdação bona mente (<i>pro bono</i>)	1507
4.7.4. O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	1507
5. A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	1507
5.1. Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários	1507
5.2. Direito de preferência ou prelação.....	1508
5.3. Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	1509
5.4. Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário	1509
5.5. Efeitos da cessão de direitos hereditários.....	1510
6. A aceitação da herança	1510
6.1. Noções conceituais	1510
6.2. Aceitação da herança com benefício de inventário.....	1511
6.3. Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade).....	1511
6.4. Integralidade da aceitação.....	1511
6.5. Formas de aceitação da herança.....	1512
6.6. Direito de deliberar sobre a aceitação da herança.....	1512
7. A renúncia da herança.....	1513
7.1. Generalidades e noções conceituais	1513
7.2. Requisitos da renúncia da herança.....	1513
7.3. Efeitos da renúncia da herança.....	1514
7.4. Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	1515
7.5. Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	1515
7.6. Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa).....	1516
8. A petição de herança	1516
8.1. Noções gerais sobre a petição de herança.....	1516
8.2. Natureza jurídica da ação de petição de herança	1517
8.3. Legitimados para a ação de petição de herança	1517
8.4. O objeto da petição de herança	1518
8.5. A prescritibilidade da pretensão de petição de herança	1518
8.6. Efeitos da petição de herança.....	1519
8.7. A petição de herança e o herdeiro aparente	1519

3. A SUCESSÃO LEGÍTIMA (A SUCESSÃO OPERADA POR FORÇA DE LEI)	1521
1. Noções gerais sobre a sucessão legítima	1521
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	1522
3. A herança jacente e a herança vacante	1522
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído	1522
3.2. A herança jacente.....	1523
3.3. A herança vacante.....	1523
3.4. Abertura simplificada da vacância.....	1524
3.5. Direito de cobrança de créditos	1524
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	1524
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação.....	1524
4.2. Campo de aplicação.....	1525
4.3. Linhas de incidência da sucessão por representação	1525
4.4. Pressupostos para a sucessão por representação	1526
4.5. Efeitos da sucessão por representação	1526
5. A sucessão dos descendentes.....	1526
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	1526
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	1527
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	1527
6. A sucessão dos ascendentes.....	1528
7. A sucessão do cônjuge.....	1529
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	1529
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil.....	1529
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato	1529
7.4. A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança	1530
7.4.1. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança)	1530
7.4.2. A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	1531
7.4.3. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes	1532
7.4.4. Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes.....	1533
7.5. A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança	1533
7.6. O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência).....	1534
7.7. O direito real de habitação do cônjuge	1534
8. A sucessão dos companheiros.....	1535
9. A sucessão dos colaterais.....	1537
4. A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA (A SUCESSÃO DE ACORDO COM A VONTADE DO TITULAR DO PATRIMÔNIO)	1539
1. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	1539
1.1. Noções conceituais sobre o testamento	1539
1.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade	1540
1.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	1541
1.4. A natureza não testamentária do testamento vital (living will ou diretivas antecipadas).....	1542
1.5. Características fundamentais do testamento.....	1542
1.6. A proibição do pacto sucessório	1543
2. Capacidade testamentária.....	1544
2.1. Lineamentos gerais.....	1544
2.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	1544
2.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	1546
2.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder).....	1546
2.5. Prazo para a impugnação do testamento.....	1546

3.	As diferentes formas testamentárias	1547
3.1.	Referências gerais	1547
3.2.	As testemunhas testamentárias	1547
3.3.	Testamento público	1548
3.4.	Testamento cerrado, secreto ou místico	1550
3.5.	Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador)	1551
3.6.	Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	1552
3.7.	Testamentos especiais: militar	1553
3.8.	A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos	1553
4.	O codicilo	1554
4.1.	Noções conceituais	1554
4.2.	Objeto do codicilo	1555
4.3.	Revogação do codicilo	1556
5.	As cláusulas testamentárias	1556
5.1.	Introdução: as disposições testamentárias	1556
5.2.	A nulidade das cláusulas derogatórias	1557
5.3.	Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	1557
5.4.	Interpretação das disposições testamentárias	1558
5.5.	Invalidez das disposições testamentárias	1559
5.6.	Nomeação por certo motivo	1560
5.7.	Cláusulas testamentárias restritivas	1560
5.7.1.	Generalidades	1560
5.7.2.	Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima	1561
5.7.3.	Mitigação das cláusulas restritivas	1562
5.7.4.	Extensão temporal da cláusula restritiva	1563
6.	A redução das cláusulas testamentárias	1563
7.	O direito de acrescer	1564
7.1.	O direito de acrescer no campo sucessório	1564
7.2.	Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros	1565
7.3.	Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários	1565
7.4.	Direito de acrescer no legado de usufruto	1566
8.	O testamenteiro	1566
8.1.	Noções gerais	1566
8.2.	Funções do testamenteiro	1567
8.3.	Aceitação do encargo pelo testamenteiro	1567
8.4.	Remuneração do testamenteiro	1567
9.	A substituição testamentária	1568
9.1.	Sobre a possibilidade de substituição testamentária	1568
9.2.	Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro	1568
9.3.	A substituição vulgar ou ordinária	1568
9.4.	A substituição recíproca	1569
9.5.	A substituição fideicomissária	1569
10.	Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento	1571
10.1.	Noções gerais sobre a extinção do testamento	1571
10.2.	Extinção do testamento por invalidez	1571
10.3.	Caducidade do testamento	1572
10.4.	Revogação do testamento	1572
10.5.	Rompimento do testamento	1573
5.	INVENTÁRIOS E PARTILHAS	1575
1.	Noções gerais sobre o inventário	1575
2.	O procedimento de inventário	1576
2.1.	O procedimento contencioso de inventário	1576

2.2.	O inventário negativo.....	1576
2.3.	Os diferentes procedimentos de inventário.....	1576
2.4.	O procedimento tradicional de inventário.....	1577
2.5.	O arrolamento sumário.....	1577
2.6.	O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	1578
2.7.	O inventário extrajudicial.....	1578
2.8.	O alvará judicial.....	1580
2.9.	A partilha por ato entre vivos.....	1581
3.	Competência.....	1581
4.	Prazo de abertura.....	1582
5.	Legitimidade para a abertura do inventário.....	1583
6.	Valor da causa e custas processuais.....	1584
7.	Questões de alta indagação.....	1584
8.	O inventariante.....	1585
8.1.	Noções gerais.....	1585
8.2.	A nomeação do inventariante.....	1585
8.3.	A inventariança e a representação do espólio.....	1586
8.4.	As atribuições.....	1587
8.5.	A remoção e a destituição do inventariante.....	1587
9.	O procedimento (comum) de inventário.....	1588
9.1.	Generalidades.....	1588
9.2.	Petição inicial.....	1588
9.3.	As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações).....	1588
9.4.	Intervenção do Ministério Público.....	1589
9.5.	Impugnações.....	1589
9.6.	Avaliações.....	1589
9.7.	As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	1590
9.8.	Pagamento das dívidas do falecido.....	1591
9.9.	Sonegados.....	1591
9.10.	Colaço e redução das doações inoficiosas.....	1592
9.10.1.	Generalidades.....	1592
9.10.2.	Alcance subjetivo da colaço.....	1592
9.10.3.	Cálculo do bem a ser colacionado.....	1593
9.10.4.	Dispensa da colaço.....	1593
9.11.	A partilha.....	1594
9.11.1.	Noções conceituais.....	1594
9.11.2.	Espécies de partilha.....	1594
9.11.3.	A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	1595
9.11.4.	A emenda da partilha e a sobrepilha.....	1596
BIBLIOGRAFIA.....		1597